

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

2º trimestre de 2024

Coordenação-Geral de Contabilidade

Serviço de Relatórios Contábeis

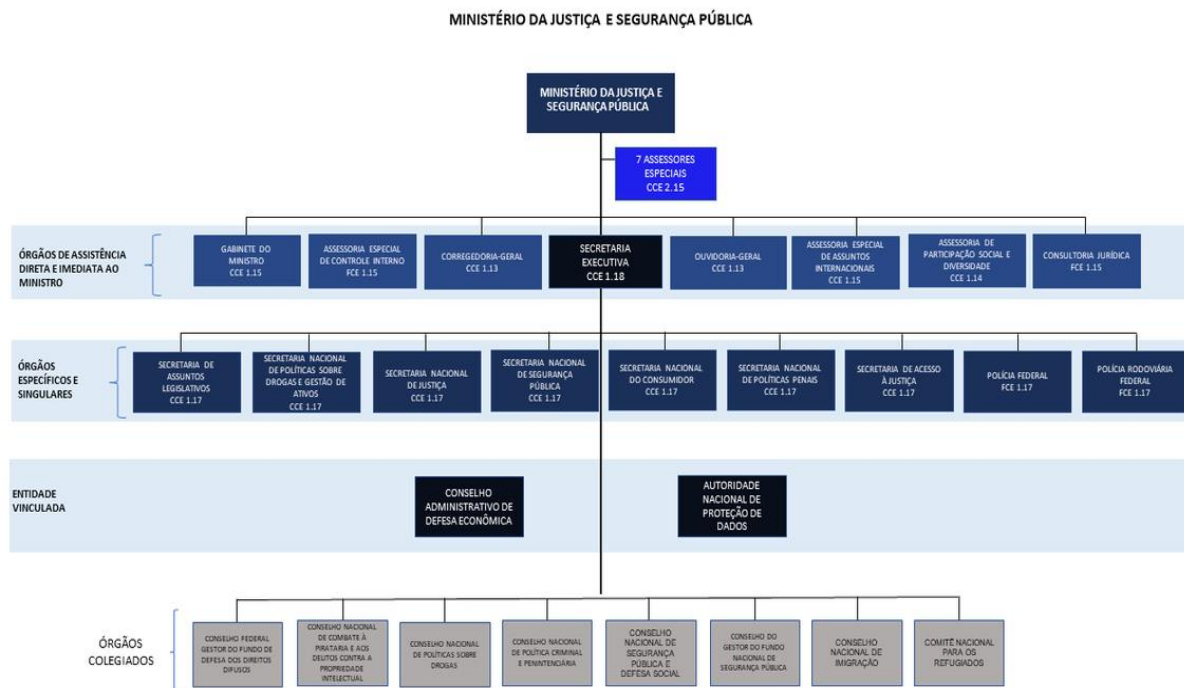
31 de julho de 2024

SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais	11
Balanço Orçamentário	13
Balanço Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	19
Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP	21
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP.....	21
Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP	24
Nota 05 – Ativo Intangível – BP	30
Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP	31
Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP	32
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	34
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	35
Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	39
Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP.....	43
Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	45
Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO.....	46
Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO.....	47
Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO	47
Nota 16 – Demonst. de Exec. dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO	48
Nota 17 – Demonstrativo de Exec. dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO.....	50
Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF	53
Nota 19 – Segurança Pública – DFC	54
Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	56
Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	58

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 11.348](#), de 1º de janeiro de 2023.



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen; e
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

Destaca-se, ainda, pela nova estrutura regimental do MJSP, aprovada pelo [Decreto nº 11.348/2023](#), de 1º de janeiro de 2023, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2023, a inclusão em sua estrutura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial, prevista na Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709/2018](#)).

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria do Ministro nº 895/2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, Ética, Interesse Público, Respeito, Legalidade, Resultados, Capital Humano, Inovação, Transparência e Sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 30 de dezembro de 2022](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de informação de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e do Serviço de Relatórios Contábeis - SRC.

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NES.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo CADE, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6, da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
 n = vida útil da acessão
 x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atua alinhada ao órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, a STN do Ministério da Fazenda – MF, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumpra esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no Siafi, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão Superior MJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF ¹	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD (Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon)	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP (Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp)	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – Funpen (Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen) ^{1 3}	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD (Secretaria Nacional Antidrogas – Senad)	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ^{1 2}	
	30212	Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ²	

¹ Unidade organizacional vinculada ao MJSP que possui seccional de contabilidade ou contador responsável.

² Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.

³ Fundo gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 55 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 20 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do Senappen, com 14 unidades;
- do CADE, com 1 unidade.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		15.196.406	12.109.218
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	8.164.895	6.688.460
Créditos a Curto Prazo	02	6.870.794	5.261.687
Demais Créditos e Valores		6.870.794	5.261.687
Estoques		160.655	159.071
VPDs Pagas Antecipadamente		62	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.960.378	11.532.269
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.218.666	3.237.663
Créditos a Longo Prazo	03	3.218.666	3.237.663
Dívida Ativa Não Tributária		4.713.411	4.714.600
Demais Créditos e Valores		1.442.250	1.440.058
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(2.916.995)	(2.916.995)
Investimentos		21	21
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		3	3
Demais Investimentos Permanentes		3	3
Imobilizado	04	8.346.296	7.904.761
Bens Móveis		4.116.569	3.813.402
Bens Móveis		5.605.253	5.200.954
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.488.685)	(1.387.552)
Bens Imóveis		4.229.727	4.091.359
Bens Imóveis		4.236.279	4.096.438
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(6.552)	(5.079)
Intangível	05	395.395	389.823
Softwares		395.395	389.823
Softwares		449.610	443.613
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(54.215)	(53.790)
TOTAL DO ATIVO		27.156.785	23.641.486
PASSIVO	NE	30/06/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		1.944.855	1.391.212
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	1.141.215	954.807
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		261.906	27.832
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		50	2
Transferências Fiscais de Curto Prazo		105.252	87.967
Demais Obrigações a Curto Prazo	07	436.432	320.605
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.500.000	0
Provisões a Longo Prazo		1.500.000	0
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		3.444.855	1.391.213
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.711.930	22.250.274
Demais Reservas		774.100	673.912
Resultados Acumulados		22.937.830	21.576.361
Resultado do Exercício		1.383.186	3.453.623
Resultados de Exercícios Anteriores	08	21.576.631	18.134.639
Ajustes de Exercícios Anteriores		(21.717)	(11.901)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.156.785	23.641.486

Fonte: Siafi.

R\$ milhares

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			09		
ATIVO	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVO	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Financeiro	8.164.982	6.688.533	Passivo Financeiro	11.369.893	4.684.726
Ativo Permanente	18.991.803	16.952.954	Passivo Permanente	1.881.706	308.285
			Saldo Patrimonial	13.905.186	18.648.476

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	30/06/2024	31/12/2023	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		391.350	381.177	
Atos Potenciais Ativos		391.350	381.177	
Garantias e Contragarantias Recebidas		358.067	336.530	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		33.219	44.583	
Direitos Contratuais		64	64	
TOTAL		391.350	381.177	

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	30/06/2024	31/12/2023	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		5.561.099	5.237.536	
Atos Potenciais Passivos		5.561.099	5.237.536	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		1.829.285	2.040.881	
Obrigações Contratuais		3.731.786	3.196.627	
TOTAL		5.561.099	5.237.536	

R\$ milhares

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(4.969.139)
Recursos Vinculados	1.764.227
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(20.797)
Previdência Social (RPPS)	(1.069.345)
Dívida Pública	(286.315)
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	(589.846)
Fundos, Órgãos e Programas	3.730.744
Recursos Extraorçamentários	(214)
TOTAL	(3.204.911)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/06/2024	30/06/2023
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		422.749	459.705
Impostos		-	2
Taxas		422.749	459.703
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		34.636	31.440
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		34.636	31.440
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		312.640	279.416
Juros e Encargos de Mora		1.184	510
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		311.455	278.906
Transferências e Delegações Recebidas		28.617.934	24.950.374
Transferências Intragovernamentais		28.267.342	24.636.197
Outras Transferências e Delegações Recebidas		350.592	314.177
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		198.629	707.544
Reavaliação de Ativos		-	100.493
Ganhos com Alienação		37.987	56.788
Ganhos com Incorporação de Ativos		147.467	542.236
Ganhos com Desincorporação de Passivos		13.176	8.028
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.861.617	808.401
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		712	1.824
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.860.905	806.578
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		32.448.205	27.236.881

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/06/2024	30/06/2023
Pessoal e Encargos	11	4.348.139	4.089.503
Remuneração a Pessoal		3.317.510	3.150.616
Encargos Patronais		709.440	677.185
Benefícios a Pessoal		296.658	238.986
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		24.531	22.716
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.387.535	2.238.113
Aposentadorias e Reformas		1.719.786	1.598.389
Pensões		619.419	592.189
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		48.331	47.534
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.644.188	1.429.583
Uso de Material de Consumo		169.891	157.269
Serviços		1.335.190	1.106.676
Depreciação, Amortização e Exaustão		139.106	165.638
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		89.258	71.042
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	3
Juros e Encargos de Mora		135	234
Variações Monetárias e Cambiais		0	1
Descontos Financeiros Concedidos		89.123	70.804
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		22.213.401	18.260.185
Transferências Intragovernamentais		21.637.531	17.587.145
Transferências Intergovernamentais		279.029	249.567
Transferências ao Exterior		11.931	10.173
Outras Transferências e Delegações Concedidas		284.910	413.300
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		314.372	236.710
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		8.972	55.760
Perdas com Alienação		95	14.740
Perdas Involuntárias		4.317	19.063
Incorporação de Passivos		11.365	3.483
Desincorporação de Ativos		289.622	143.664
Tributárias		3.326	2.947
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.268	2.333
Contribuições		1.058	614
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		64.800	31.630
Incentivos		560	563
Subvenções Econômicas		479	3.244
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		63.761	27.823
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		31.065.019	26.359.714
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.383.186	877.167

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário*Receitas e Despesas Orçamentárias*R\$ milhares
30/06/2024

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		5.368.324	5.368.324	3.377.380	(1.990.944)
Receitas Tributárias		590.199	590.199	295.924	(294.275)
Taxas		590.199	590.199	295.924	(294.275)
Receitas de Contribuições		223	223	96	(127)
Contribuições Sociais		223	223	96	(127)
Receita Patrimonial		2.939.568	2.939.568	1.779.510	(1.160.058)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		199	199	77	(122)
Valores Mobiliários		534.085	534.085	309.111	(224.974)
Demais Receitas Patrimoniais	12	2.405.284	2.405.284	1.470.321	(934.962)
Receitas de Serviços		64.981	64.981	34.541	(30.531)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		64.981	64.981	34.451	(30.531)
Outras Receitas Correntes		1.773.352	1.773.352	1.267.399	(505.953)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13	1.636.093	1.636.093	800.459	(835.633)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		596	596	14.094	13.498
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		124.926	124.926	447.631	322.705
Demais Receitas Correntes		11.737	11.737	5.215	(6.522)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	2.739	2.739
Alienação de Bens		-	-	2.739	2.739
Alienação de Bens Móveis		-	-	2.739	2.739
SUBTOTAL DE RECEITAS		5.368.324	5.368.324	3.380.119	(1.988.205)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	14	-	-	12.136.144	12.136.144
TOTAL		5.368.324	5.368.324	15.516.263	10.147.939
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	(97.480)	-	97.480
Superavit Financeiro		-	163.588	-	-
Créditos Cancelados		-	(261.068)	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		17.686.831	17.956.393	14.295.009	7.938.938	6.677.659	3.661.384
Pessoal e Encargos Sociais		13.240.405	13.500.589	10.609.081	6.444.723	5.412.201	2.891.507
Outras Despesas Correntes	15	4.446.426	4.455.804	3.685.928	1.494.215	1.265.457	769.876
DESPESAS DE CAPITAL		3.188.411	2.821.369	1.221.253	21.145	16.198	1.600.116
Investimentos		3.188.411	2.821.369	1.221.253	21.145	16.198	1.600.116
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.085.136	1.085.136	-	-	-	1.085.136
TOTAL		21.960.378	21.862.898	15.516.263	7.960.083	6.693.857	6.346.636

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares
30/06/2024

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		209.075	767.888	515.992	487.607	63.431	425.925
Pessoal e Encargos Sociais		10.479	28.920	9.859	9.807	1.663	27.929
Outras Despesas Correntes		198.596	738.968	506.133	477.800	61.768	397.997
DESPESAS DE CAPITAL		1.197.711	1.427.151	738.893	604.045	32.223	1.988.594
Investimentos		1.197.711	1.427.151	738.893	604.045	32.223	1.988.594
TOTAL	16	1.406.787	2.195.038	1.254.886	1.091.652	95.653	2.414.520

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares
30/06/2024

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.529	924.194	923.589	336	2.797
Pessoal e Encargos Sociais		299	842.409	842.359	90	258
Outras Despesas Correntes		2.230	81.785	81.230	246	2.539
DESPESAS DE CAPITAL		25.081	68.026	30.321	3.784	59.002
Investimentos		25.081	68.026	30.321	3.784	59.002
TOTAL	17	27.610	992.220	953.910	4.120	61.799

Fonte: Siafi.

Balanco Financeiro*Ingressos*

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	30/06/2024	30/06/2023
Receitas Orçamentárias		3.380.119	2.808.281
Ordinárias		-	-
Vinculadas		3.501.064	2.932.148
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		663.041	560.433
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.837.286	2.371.005
Recursos Não Classificados		737	710
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(120.945)	(123.868)
Transferências Financeiras Recebidas	18	28.267.342	24.635.595
Resultantes da Execução Orçamentária		25.228.500	22.419.136
Cota Recebida		8.953.044	7.777.343
Repasse Recebido		8.552.182	7.397.951
Sub-repasse Recebido		7.581.799	7.217.832
Repasse Devolvido		141.469	25.562
Sub-repasse Devolvido		6	448
Independentes da Execução Orçamentária		3.038.842	2.216.459
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.790.249	2.023.969
Demais Transferências Recebidas		60.197	52.652
Movimentação de Saldos Patrimoniais		188.396	139.833
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	6
Recebimentos Extraorçamentários		10.353.237	7.365.459
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.266.227	1.037.377
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		7.556.180	6.289.675
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		27.160	35.006
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.503.671	3.402
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		5.250	3.034
Restituições a Pagar		210	339
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		1	29
Demais Recebimentos		1.498.209	-
Saldo do Exercício Anterior		6.688.460	5.751.586
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.688.460	5.751.586
TOTAL		48.689.158	40.560.921

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

R\$ milhares
30/06/2024

DISPÊNDIOS	NE	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Orçamentárias		15.516.263	13.730.624
Ordinárias		9.169.675	7.441.583
Vinculadas		6.346.588	6.289.040
Seguridade Social (Exceto Previdência)		880.197	4.348.433
Previdência Social (RPPS)		2.191.686	-
Dívida Pública		-	90.878
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		1.084.049	19.000
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.190.657	1.830.729
Transferências Financeiras Concedidas	18	21.636.254	17.586.544
Resultantes da Execução Orçamentária		16.400.761	14.726.483
Repasse Concedido		8.563.186	7.449.036
Sub-repasse Concedido		7.581.799	7.226.431
Cota Devolvida		114.300	25.006
Repasse Devolvido		141.469	25.562
Sub-repasse Devolvido		6	448
Independentes da Execução Orçamentária		5.235.493	2.860.060
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.800.802	1.317.808
Demais Transferências Concedidas		39.328	35.328
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.395.363	1.506.919
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	6
Pagamentos Extraorçamentários		3.371.747	2.882.329
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		953.910	941.055
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.091.652	779.947
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		24.967	25.782
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.301.218	1.135.544
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.301.204	1.131.930
Valores Compensados		14	6
Demais Pagamentos		-	3.608
Saldo para o Exercício Seguinte		8.164.895	6.361.425
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.164.895	6.361.425
TOTAL		48.689.158	40.560.921

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	30/06/2024	30/06/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.913.836	935.568
INGRESSOS		33.170.303	27.474.524
Receita Tributária		295.924	321.792
Receita de Contribuições		96	78
Receita Patrimonial		1.470.398	1.243.049
Receita de Serviços		34.451	31.338
Remuneração das Disponibilidades		309.111	277.392
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.267.399	929.905
Outros Ingressos Operacionais		29.792.923	24.670.969
Ingressos Extraorçamentários		27.160	35.006
Restituições a Pagar		210	339
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		1	29
Transferências Financeiras Recebidas	18	28.267.342	24.635.595
Demais Recebimentos		1.498.209	-
DESEMBOLSOS		(31.256.467)	(26.538.956)
Pessoal e Demais Despesas		(7.338.962)	(6.813.332)
Judiciário		(91)	-
Administração		(71.892)	(63.276)
Segurança Pública	19	(4.932.079)	(4.565.313)
Previdência Social		(2.203.214)	(2.070.739)
Educação		(10)	(337)
Cultura		(1)	-
Direitos da Cidadania		(29.956)	(29.961)
Gestão Ambiental		(252)	(595)
Organização Agrária		(14)	(3)
Transporte		(87)	(3)
Encargos Especiais		(106.617)	(86.137)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas–Cartão de Pagamento		5.250	3.034
Transferências Concedidas		(955.067)	(977.754)
Intergovernamentais		(249.567)	(311.576)
A Estados e/ou Distrito Federal		(238.720)	(299.579)
A Municípios		(10.847)	(11.998)
Intragovernamentais		(684.789)	(655.453)
Outras Transferências Concedidas		(20.711)	(10.725)
Outros Desembolsos Operacionais		(22.962.438)	(18.747.870)
Dispêndios Extraorçamentários		(24.967)	(25.782)
Transferências Financeiras Concedidas	18	(21.636.254)	(17.586.544)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(1.301.204)	(1.131.930)
Valores Compensados		(14)	(6)
Demais Pagamentos		-	(3.608)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(437.401)	(325.729)
INGRESSOS		2.739	4.725
Alienação de Bens		2.739	4.725
DESEMBOLSOS		(440.140)	(330.455)
Aquisição de Ativo Não Circulante	20	(430.376)	(309.968)
Outros Desembolsos de Investimentos		(9.764)	(20.487)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.476.435	609.838
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.688.460	5.751.586
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		8.164.895	6.361.425

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares
30/06/2024

Especificação	NE	Patrim./ Cap.Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023		-	-	-	6.372	18.631.707	-	-	18.638.080
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	220.491	(11.901)	-	-	208.590
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	447.049	(497.069)	-	-	(50.020)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	3.453.623	-	-	3.453.623
Saldo Final do Exercício 2023		-	-	-	673.912	21.576.361	-	-	22.250.274

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024		-	-	-	673.912	21.576.361	-	-	22.250.274
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	2.570	(21.717)	-	-	(19.147)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	97.617	-	-	-	97.617
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	1.383.186	-	-	1.383.186
Saldo Final do Exercício 2024	21	-	-	-	774.100	22.937.830	-	-	23.711.930

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

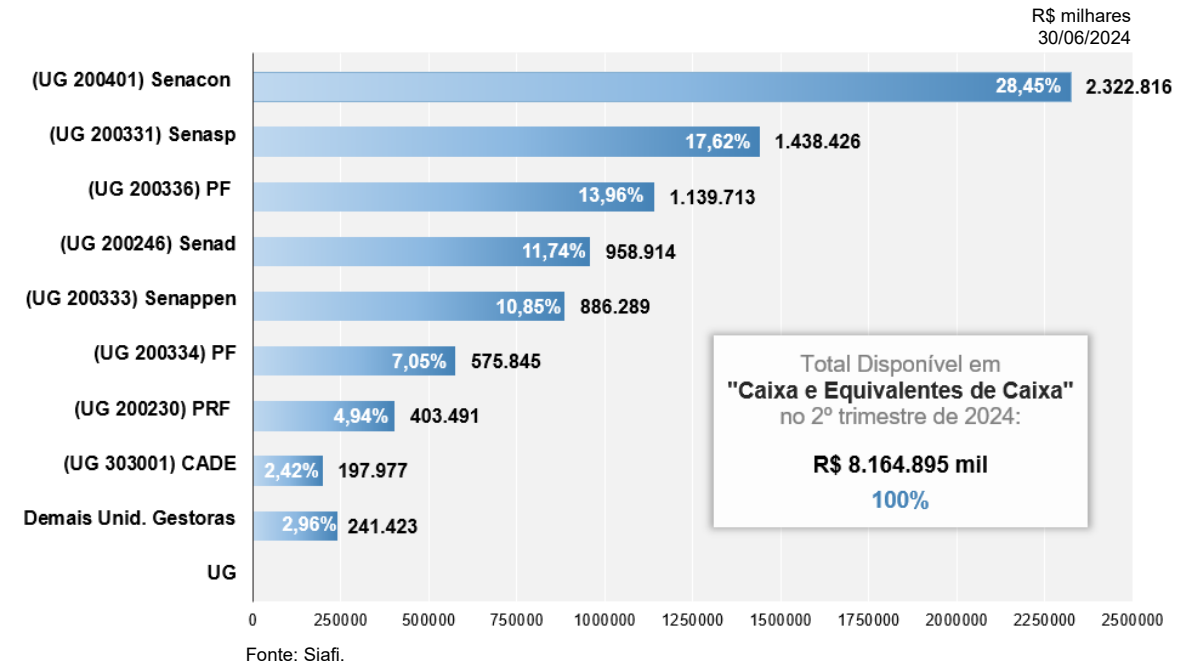
No final do segundo trimestre de 2024, os recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” representaram R\$ 8.164.895 mil (53,73%) do total do Ativo Circulante, sendo R\$ 7.923.472 mil (97,04%) do referido montante assim distribuídos entre as oito (8) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 2.322.816 mil (28,45%) na UG 200401 do Senacon;
- b) R\$ 1.438.426 mil (17,62%) na UG 200331 da Senasp;
- c) R\$ 1.139.713 mil (13,96%) na UG 200336 da PF;
- d) R\$ 958.914 mil (11,74%) na UG 200246 da Senad;
- e) R\$ 886.289 mil (10,85%) na UG 200333 da Senappen;
- f) R\$ 575.845 mil (7,05%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 403.491 mil (4,94%) na UG 200230 da PRF; e
- h) R\$ 197.977 mil (2,42%) na UG 303001 do CADE.

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 2º trimestre de 2024, as quais somaram 88 unidades distintas, englobaram R\$ 241.423 mil (2,96%) do total dos recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Cumprе destacar que a representatividade de 10,85% do Senappen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em junho de 2024, 96,89% (R\$ 7.911.370 mil) dos recursos financeiros disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) R\$ 2.322.816 (28,45%) em reparação de danos a interesses difusos e coletivos;
- b) R\$ 1.462.480 mil (17,91%) em recursos próprios livres na unidade orçamentária;
- c) R\$ 911.113 (11,16%) em recursos livres na unidade orçamentária (sup. vinc. amort. pgto. div.);
- d) R\$ 861.821 (10,56%) no Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da

Polícia Federal - Funapol;

e) R\$ 649.292 mil (7,95%) em recursos livres da União;

f) R\$ 531.922 mil (6,51%) em transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP;

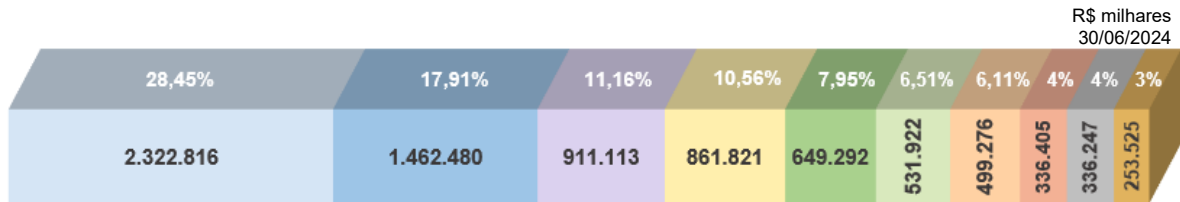
g) R\$ 499.276 mil (6,11%) em recursos livres da unidade orçamentária;

h) R\$ 336.405 mil (4,12%) em benefícios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da União; e

i) R\$ 336.247 mil (4,12%) em recursos da unidade aplicados na seguridade social; e

j) R\$ 253.525 mil (3,11%) em fontes de recursos menos representativas, distribuídas entre 11 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Fonte: Siafi.

Legenda:

- Repar. Danos a Interesses Difusos e Coletivos
- Recursos Próprios Livres da Unidade Orçamentária
- Recursos Livres Unidade Orçamentária (Sup. Vinc. Amort. Pgto. Div.)
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol
- Recursos Livres da União
- Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
- Recursos Livres da Unidade Orçamentária
- Benefícios do RPPS da União
- Recursos da Unidade Orçamentária Aplicados na Seguridade Social
- Demais Fontes de Recursos (11 fontes distintas)

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No segundo trimestre de 2024, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 1.476.435 mil, sendo R\$ 1.913.836 mil (129,63%) impactado pelas atividades operacionais e R\$ -437.401 mil (29,63%) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as “Transferências Financeiras Recebidas” que, conforme pode-se observar na DFC, em junho de 2024, representaram R\$ 28.267.342 mil (85,22%) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, R\$ -28.975.216 (92,70%) foram decorrentes de “Transferências Financeiras Concedidas”, representando R\$ -21.636.254 mil (69,22%) e “Pessoal e Demais Despesas”, representando R\$ -7.338.962 mil (23,48%). As transferências financeiras recebidas e concedidas foram detalhadas na nota explicativa 18 - “Transferências Intragovernamentais”. O dispêndio mais representativo de “Pessoal e Demais Despesas” foi detalhado na nota explicativa 19 - “Segurança Pública”.

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que R\$ -430.376 mil (98,39%) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 20.

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 1.476.435 mil, no segundo trimestre de 2024 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

R\$ milhares

Descrição	30/06/2024	30/06/2023	2024-2023	AV% (2024)	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1.913.836	935.568	978.268	129,63	104,56
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(437.401)	(325.729)	(111.671)	(29,63)	34,28
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.476.435	609.838	866.597	100,00	142,10

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo – BP

Os "Créditos a Curto Prazo", no segundo trimestre de 2024, de R\$ 6.870.794 mil, corresponderam aos registros na conta contábil "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", consolidados no balanço patrimonial. Foram provenientes, sobretudo do CADE, totalizando R\$ 5.542.240 mil (80,66%), sendo que as multas aplicadas por condutas de infração à ordem econômica, representaram R\$ 5.536.584 mil, ou seja, (99,90%) do total dos registros do CADE, conforme apresentado na "Tabela 02" e "Figura 03".

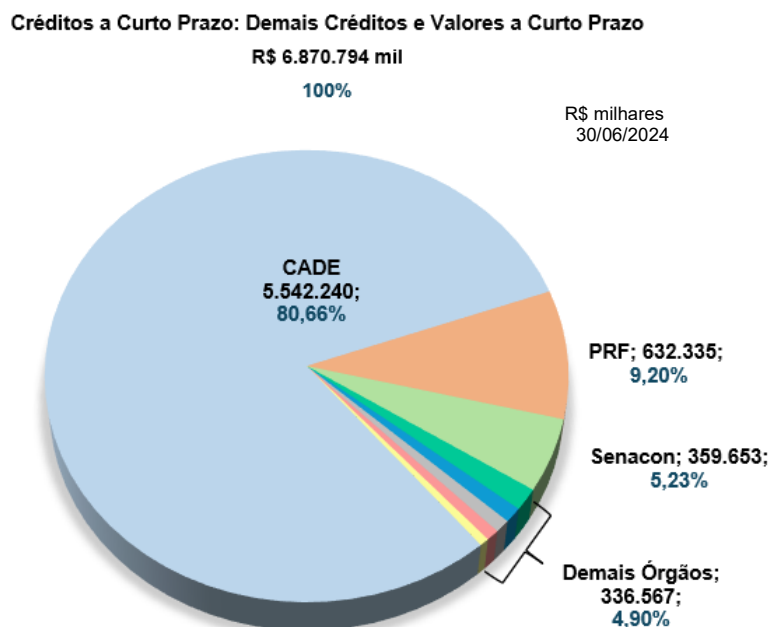
Tabela 02 – Créditos a Curto Prazo – composição por órgão

R\$ milhares

Créditos a Curto Prazo	30/06/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.542.240	4.026.283	80,66	37,65
Polícia Rodoviária Federal	632.335	469.311	9,20	34,74
Secretaria Nacional do Consumidor	359.653	369.853	5,23	(2,76)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	107.592	171.275	1,57	(37,18)
Secretaria Nacional Antidrogas	73.517	78.703	1,07	(6,59)
Polícia Federal	62.326	52.628	0,91	18,43
Secretaria Nacional de Segurança Pública	53.988	49.280	0,79	9,56
Ministério da Justiça e Segurança Pública	39.105	44.339	0,57	(11,80)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	39	16	0,00	140,11
Total	6.870.794	5.261.687	100,00	30,58

Fonte: Siafi.

Figura 03– Créditos a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

No final do segundo trimestre de 2024, os "Créditos a Longo Prazo" representaram R\$ 3.218.666 mil, ou seja, 100% do "Ativo Realizável a Longo Prazo" e 26,91% do total do "Ativo não Circulante", assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 3.133.150 mil (97,34%) no CADE;
- b) R\$ 56.408 mil (1,75%) no MJSP;

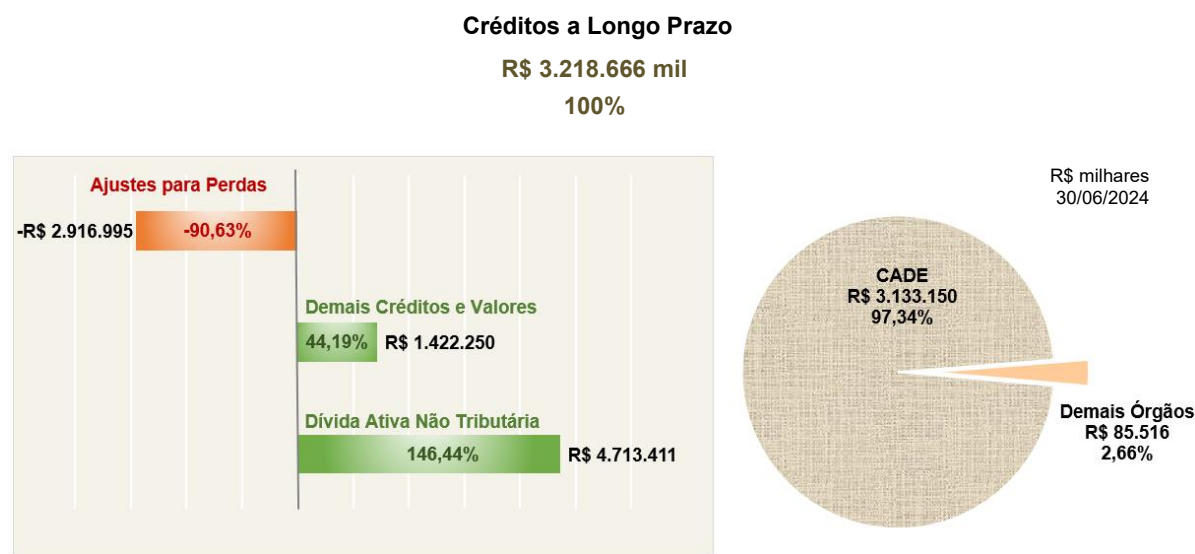
c) R\$ 25.860 mil (0,80%) na Senasp; e
d) R\$ 3.248 mil (0,10%) nos demais órgãos, cujas representações podem ser observadas na “Tabela 03”.

Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	30/06/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Dívida Ativa não Tributária	4.713.411	4.714.600	145,50	(0,01)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.713.411	4.714.600	145,50	(0,01)
Demais Créditos e Valores	1.422.250	1.440.058	44,53	0,19
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.336.733	1.340.100	41,31	(0,14)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	56.408	48.617	1,72	14,51
Secretaria Nacional de Segurança Pública	25.860	45.687	1,41	0,00
Secretaria Nacional do Consumidor	1.507	1.507	0,05	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	948	948	0,03	0,00
Secretaria Nacional Antidrogas	644	644	0,02	0,00
Polícia Federal	83	2.489	0,00	(96,67)
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(2.916.995)	(2.916.995)	(90,03)	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(2.916.995)	(2.916.995)	(90,03)	0,00
Total de Créditos a Longo Prazo	3.218.666	3.237.663	100,00	0,07

Fonte: Siafi.

Figura 04 – Créditos a Longo Prazo – composição por grupo de contas

Fonte: Siafi.

Dívida Ativa não Tributária

A “Dívida Ativa não Tributária”, decorrente dos demais créditos da Fazenda Pública, de contratos em geral ou de outras obrigações legais, foi composta em R\$ 4.713.411 mil (100%) pelo CADE, no segundo trimestre de 2024, cujo saldo foi impactado em R\$ 1.859.198 mil (39,44%) pelas seguintes empresas:

- Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.- R\$ 860.574 mil (18,26%);
- Rumo S.A.- R\$ 314.366 mil (6,67%);
- Gerdau S.A. - R\$ 259.799 mil (5,51%)
- Mann+Hummel Brasil Ltda. – R\$ 158.054 mil (3,35%)
- Varig Logística S.A (falida) – R\$ 151.883 mil (3,22%)
- ERJ Administração e Restaurantes de Empresas Ltda. – R\$ 114.573 mil (2,43%)

A composição do saldo restante de “Dívida Ativa não Tributária” foi proveniente de 1.124 registros contábeis distintos do CADE, os quais somaram R\$ 2.854.213 mil (60,56%) da referida rubrica.

Demais Créditos e Valores

Os “Demais Créditos e Valores” representaram R\$ 1.422.250 mil (44,19%) dos “Créditos a Longo Prazo”, no segundo trimestre de 2024, sendo R\$ 1.336.733 mil (93,99%) do referido montante registrados no CADE, decorrentes de multas aplicadas por condutas de infrações à ordem econômica; sobretudo nas seguintes empresas, as quais somaram R\$ 1.077.178 mil:

- a) CNO S.A., com R\$ 529.488 mil (36,70%);
- b) Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial, com R\$ 284.581 mil (19,72%); e
- c) Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., com R\$ 263.109 mil (18,24%).

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – CADE

Com relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo, descrevemos a seguir a metodologia de contabilização utilizada pelo Cade, de acordo com a Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;
- Perda Estimada = R\$ 4.696.341.016,02 – (0,37887927 x 4.696.341.016,02);
- Perda Estimada = R\$ 4.696.341.016,02 – 1.779.346.260,19;

Perda estimada = 2.916.994.755,84

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: “Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.”, utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa.

Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

· Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12

- Média mensal de recebimentos **2019** = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**
- Média mensal de recebimentos **2020** = 25.374.225,67 / 12 = **R\$ 2.114.518,81**
- Média mensal de recebimentos **2021** = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**
- Média mensal de recebimentos **2022** = 80.438.267,49 / 12 = **R\$ 6.703.188,96**
- Média mensal de recebimentos **2023** = 39.556.310,06 / 12 = **R\$ 3.296.359,17**

· Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2019** = 239.894.308,93/12 = **R\$ 19.991.192,41**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2020** = 312.622.303,46/12 = **R\$ 26.051.858,62**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2021** = 737.742.339,29/12 = **R\$ 61.478.528,27**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2022** = 679.161.830,58 = **R\$ 56.596.819,22**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2023** = 979.910.487,30 = **R\$ 81.659.207,28**

· Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = $31.722.534,50 / 19.991.192,41 = 1,58932663$

· Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = $2.114.518,81 / 26.051.858,62 = 0,08116576$

· Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = $4.002.199,43 / 61.478.528,27 = 0,06509914$

· Quociente de recebimento para o exercício x4 = Média mensal de recebimentos do exercício x4 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x4

- Quociente de recebimento para o exercício 2022 = $6.703.188,96 / 56.596.819,22 = 0,11843756$

· Quociente de recebimento para o exercício x5 = Média mensal de recebimentos do exercício x5 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x5

- Quociente de recebimento para o exercício 2023 = $3.296.359,17 / 81.659.207,28 = 0,04036727$

· (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3 + Quociente de recebimento para o exercício x4 + Quociente de recebimento para o exercício x5) / 5

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08116576 + 0,06509914 + 0,11843756 + 0,04036727) / 5$

- Quociente médio de recebimento = **0,37887927**

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estima é o **0,37887927**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 2.916.994.755,83** (dois bilhões, novecentos e dezesseis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos) de Perda Estimada, o que representa 62,11% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em 2022 o valor contabilizado era de R\$ 2.015.059.627,51. Em 29/12/2023 realizou-se contabilização de R\$ 901.935.128,33 como valor complementar de ajuste para Perdas de Dívida Ativa. O valor total da conta é de R\$ 2.916.994.755,83.

Nota 04 – Ativo Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No segundo trimestre de 2024, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 8.346.286 mil de bens móveis e imóveis, sendo R\$ 4.116.569 mil (49,32%) de bens móveis e R\$ 4.229.727 mil (50,69%) de bens imóveis, conforme demonstrado na “Tabela 04”.

Tabela 04 – Ativo Imobilizado – composição

R\$ milhares				
Imobilizado	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Bens Móveis	4.116.569	3.813.402	49,32	7,95
Bens Móveis	5.605.253	5.200.954	67,16	7,77
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.488.685)	(1.387.552)	(17,84)	7,29
Bens Imóveis	4.229.727	4.091.359	50,68	3,38
Bens Imóveis	4.236.279	4.096.438	50,76	3,41
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(6.552)	(5.079)	(0,08)	29,00
Total Imobilizado	8.346.296	7.904.761	100	5,59

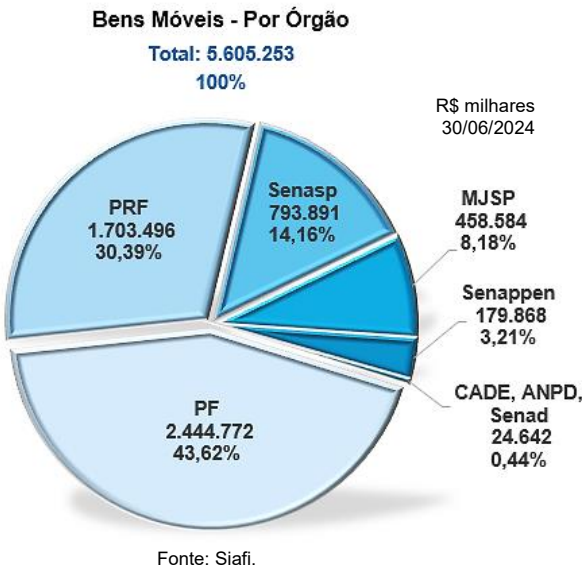
Fonte: Siafi.

Imobilizado: Bens Móveis

No final do segundo trimestre de 2024, os bens móveis totalizaram R\$ 5.605.253 mil, assim registrados no MJSP:

- a) R\$ 2.444.772 mil (43,62%) na PF;
- b) R\$ 1.703.496 mil (30,39%) na PRF;
- c) R\$ 793.891 mil (14,16%) na Senasp;
- d) R\$ 458.584 mil (8,18%) no MJSP;
- e) R\$ 179.868 mil (3,21%) no Senappen;
- f) R\$ 22.423 mil (0,40%) no CADE;
- g) R\$ 1.593 mil (0,03%) na ANPD; e
- h) R\$ 626 mil (0,01%) na Senad.

Figura 05 – Bens Móveis – composição por órgão



Conforme destacado na “Tabela 05”, “Veículos” representaram R\$ 2.256.543 mil (54,82%) do total dos registros de bens móveis, desconsiderada a depreciação.

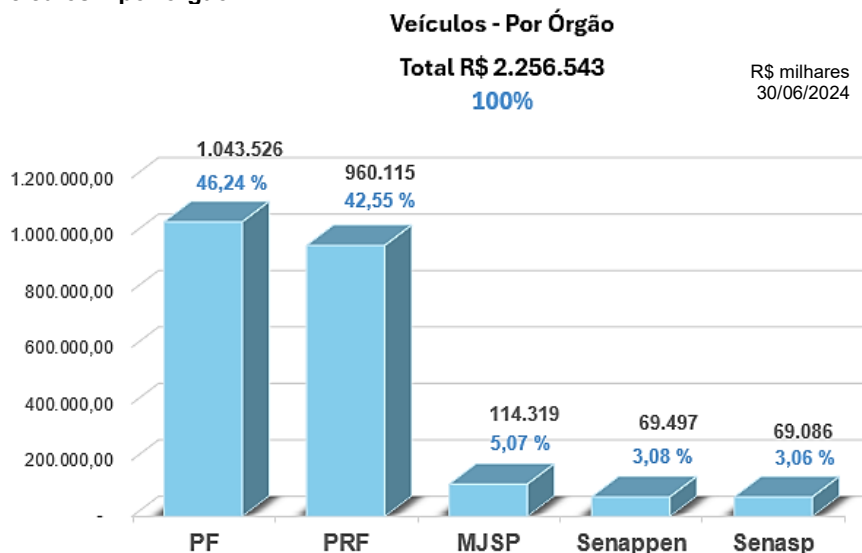
Tabela 05 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

Descrição	R\$ milhares			
	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Veículos	2.256.543	2.118.098	54,82	6,54
Bens de Informática	886.970	860.176	21,55	3,11
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	843.425	827.163	20,49	1,97
Bens Móveis em Almoxarifado	804.701	611.296	19,55	31,64
Móveis e Utensílios	210.639	211.891	5,12	(0,59)
Bens Móveis em Andamento	209.500	202.056	5,09	3,68
Armamentos	182.136	182.930	4,42	(0,43)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	122.641	123.212	2,98	(0,46)
Demais Bens Móveis	86.764	62.371	2,11	39,11
Semoventes	1.935	1.761	0,05	9,86
Subtotal	5.605.253	5.200.954	136,16	7,77
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.488.685)	(1.387.552)	36,16	7,29
Total Líquido	4.116.569	3.813.402	100,00	7,95

Fonte: Siafi.

Na “Figura 06”, no segundo trimestre de 2024, a rubrica “Veículos” foi composta sobretudo pelos registros da PF e da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 2.003.640 mil (88,79%) de representação, sendo R\$ 1.043.526 mil (46,24%) da PF e R\$ 960.115 mil (42,55%) da PRF. Tais bens são utilizados prioritariamente para as atividades inerentes à função policial.

Figura 06 – Veículos – por órgão

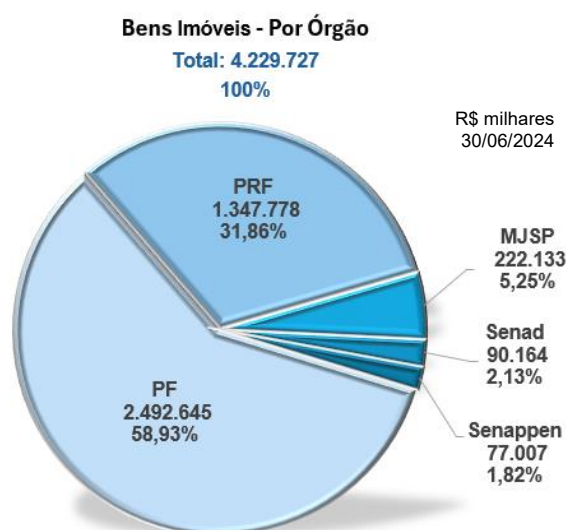


Fonte: Siafi.

Ativo Imobilizado: Bens Imóveis

O saldo líquido de “Bens Imóveis” do MJSP, ou seja, após depreciações, amortizações e reavaliações, totalizaram R\$ 4.229.727 mil, no segundo trimestre de 2024, representando 50,68% do total do Ativo Imobilizado. A PF e a PRF representaram R\$ 3.840.423 mil (90,80%) do referido montante, sendo R\$ 2.492.645 mil (58,93%) da PF e R\$ 1.347.778 mil (31,86%) da PRF. Os demais órgãos somaram R\$ 389.304 mil (9,20%) do total dos bens imóveis, conforme demonstrado na “Figura 07”.

Figura 07 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União)” do MJSP, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a R\$ 3.646.088 mil (86,20%) do total dos bens imóveis no segundo trimestre de 2024, conforme demonstrado na “Tabela 06”.

As rubricas “Edifícios” e “Terrenos e Glebas” representaram, respectivamente, R\$ 1.498.967 mil (41,11%) e R\$ 1.020.124 mil (27,98%); totalizando, assim, R\$ 2.519.091 (69,09%) do total de “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”. A PF registrou R\$ 1.109.003 mil em “Edifícios, representando 73,98% do total dos registros na referida rubrica, conforme demonstrado na “Tabela 07”.

Por fim, ressalta-se que os “Bens de uso especial não registrados no SPIUnet”, ou seja, sobre os quais os registros constam apenas do Siafi, representaram apenas R\$ 8.074 mil (0,19%) do total dos bens imóveis.

Tabela 06 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	3.646.088	3.512.420	86,20	3,81
Bens Imóveis em Andamento	505.805	500.521	11,96	1,06
Instalações	48.214	49.550	1,14	-2,69
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	14.855	13.456	0,35	10,40
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	12.543	12.543	0,30	-
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	8.074	7.926	0,19	1,86
Demais Bens Imóveis	700	22	0,02	3.043
Subtotal – saldo bruto	4.236.279	4.096.438	100,15	3,41
Amortização Acumulada - bens imóveis	(741)	(465)	(0,02)	59,30
Depreciação Acumulada - bens imóveis	(5.810)	(4.613)	(0,14)	25,94
Total líquido	4.229.727	4.091.359	100,00	3,38

Fonte: Siafi.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet – por tipo

R\$ milhares

BENS DE USO ESPECIAL	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Edifícios	1.498.967	1.439.862	41,11	4,10
Polícia Federal	1.109.003	1.060.435	30,42	4,58
Polícia Rodoviária Federal	240.763	230.226	6,60	4,58
Ministério da Justiça e Segurança Pública	148.107	148.107	4,06	-
Secretaria Nacional Antidrogas	776	776	0,02	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	319	319	0,01	-
Terrenos/Glebas	1.020.124	991.633	27,98	2,87
Polícia Federal	622.081	611.666	17,06	1,70
Polícia Rodoviária Federal	273.266	273.897	7,49	(0,23)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	58.680	58.680	1,61	-
Secretaria Nacional Antidrogas	55.204	36.496	1,51	51,26
Secretaria Nacional de Políticas Penais	10.894	10.894	0,30	-
Postos de fiscalização	384.148	343.485	10,54	11,84
Polícia Rodoviária Federal	302.696	262.033	8,30	15,52
Polícia Federal	81.452	81.452	2,23	-
Presídios / Delegacias	365.450	368.031	10,02	(0,70)
Polícia Federal	258.629	262.679	7,09	(1,54)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	61.619	61.619	1,69	-
Polícia Rodoviária Federal	45.203	43.734	1,24	3,36
Complexos / Fábricas / Usinas	139.716	128.644	3,83	8,61
Polícia Federal	128.644	128.644	3,53	-
Polícia Rodoviária Federal	11.072	-	0,30	-
Armazéns / Galpões	115.445	115.445	3,17	-
Polícia Federal	91.369	91.369	2,51	-
Polícia Rodoviária Federal	22.871	22.871	0,63	-
Secretaria Nacional Antidrogas	1.204	1.204	0,03	-

Imóveis Residenciais / Comerciais	64.011	53.992	1,76	18,56
Polícia Rodoviária Federal	24.689	17.238	0,68	43,23
Secretaria Nacional de Políticas Penais	22.101	20.954	0,61	5,48
Polícia Federal	17.221	15.800	0,47	8,99
Alfândegas	20.910	20.910	0,57	-
Polícia Rodoviária Federal	20.669	20.669	0,57	-
Polícia Federal	241	241	0,01	-
Fazendas, Parques e Reservas	10.880	24.080	0,30	(54,82)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	10.880	24.080	0,30	(54,82)
Salas	10.510	10.510	0,29	-
Polícia Federal	9.426	9.426	0,26	-
Polícia Rodoviária Federal	979	979	0,03	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	105	105	0,00	-
Lojas	7.719	7.719	0,21	-
Polícia Federal	7.719	7.719	0,21	-
Autarquias/Fundações	6.448	6.348	0,18	1,57
Polícia Federal	6.348	6.348	0,17	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	100	-	0,00	-
Faróis	758	758	0,02	-
Polícia Federal	758	758	0,02	-
Outros Bens Imóveis Registrados no Spiunet	702	702	0,02	-
Polícia Rodoviária Federal	702	702	0,02	-
Estacionamentos e Garagens	300	300	0,01	-
Polícia Federal	300	300	0,01	-
Total Geral	3.646.088	3.512.420	100,00	3,81

Fonte: Siafi.

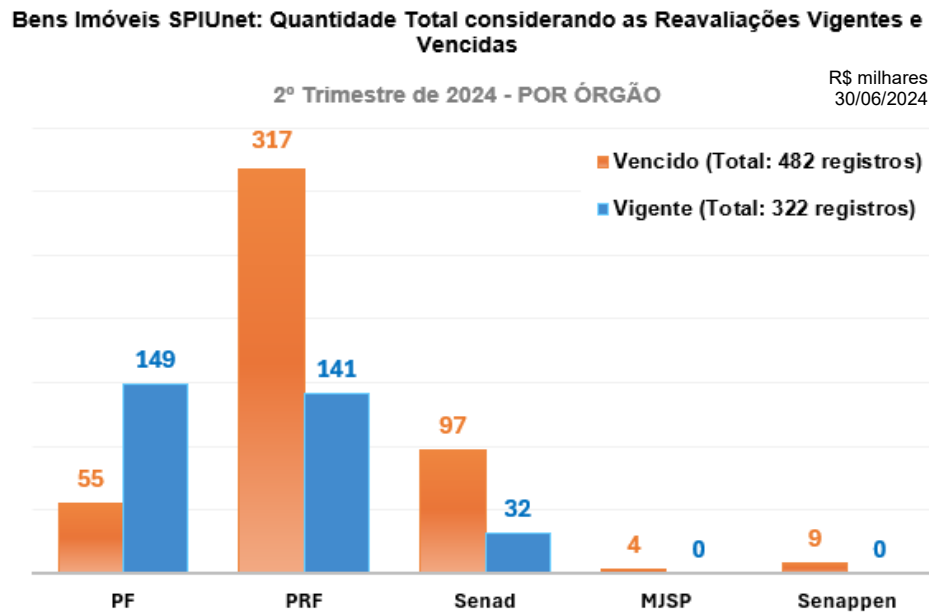
Registros de Bens Imóveis no SPIUnet

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET - é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como uso especial quanto à sua destinação no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Neste sistema, cada imóvel possui um Registro Imobiliário Patrimonial – RIP – que é um número de identificação do bem, sob o qual são registradas todas as informações referentes ao imóvel e a sua utilização/destinação. As atualizações desses registros devem ser periódicas, uma vez que tais informações possuem prazo de validade quanto aos seus cadastros. Diante disso, existem dados com prazos de validade “vigentes” e “vencidos” neste sistema, as quais foram apresentadas neste tópico, para fins de esclarecimentos adicionais à rubrica contábil de “Bens Imóveis”.

Quanto à quantidade de bens cadastrados, conforme o panorama atual dos referidos registros, detalhados por órgão vinculado ao MJSP, o qual pode ser observado na “Figura 08”, o SPIUnet apresentou 804 registros, no segundo trimestre de 2024, sendo 458 (56,97%) registros na PRF, dos quais 317 (69,21%) encontram-se vencidos.

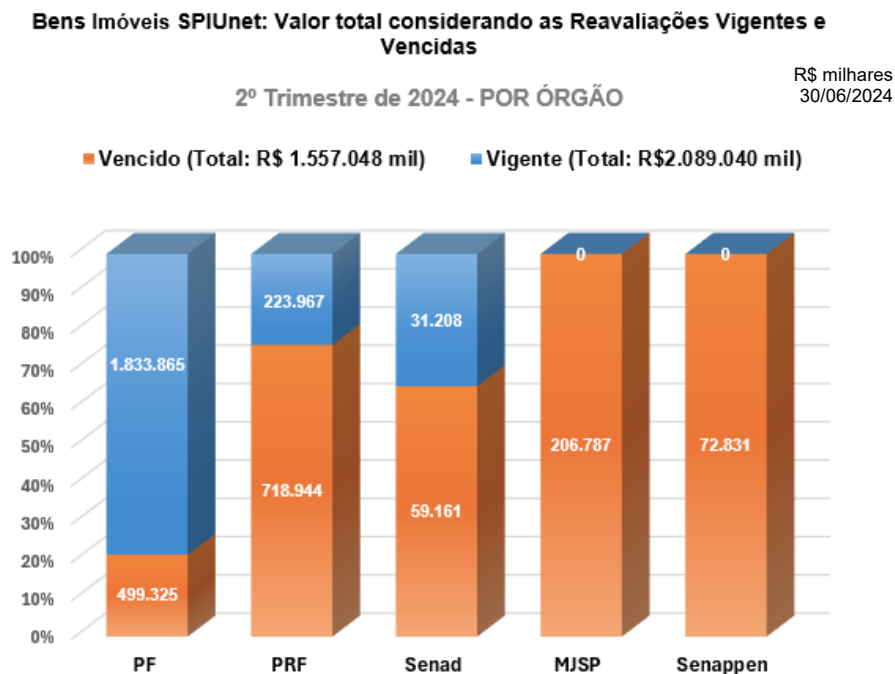
Com relação ao montante monetário, existem atualmente R\$ 3.646.088 mil em registros de bens imóveis no referido sistema, sendo que R\$ 1.557.048 mil (42,70%) se encontram “vencidos”, ou seja, com seus respectivos dados cadastrais pendentes de atualização, conforme pode-se verificar na “Figura 09”.

Figura 08 – Quantidade dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi/SPIUnet.

Figura 09 – Valores (R\$ mil) dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi/SPIUnet.

Nota 05 – Ativo Intangível – BP

No segundo trimestre de 2024, os órgãos vinculados PF e MSJP totalizaram R\$ 348.214 mil (88,07%) dos registros de “Intangível” evidenciados no Balanço Patrimonial; sendo R\$ 231.908 mil (58,65%) na PF e R\$ 116.306 mil (29,42%) no MSJP. Conforme pode-se observar na “Tabela 08” abaixo, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações dos referidos ativos.

Destaca-se que a Portaria ME n° 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações. No entanto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentaram considerações quanto à utilização do referido sistema.

Tabela 08 – Ativo Intangível

R\$ milhares
30/06/2024

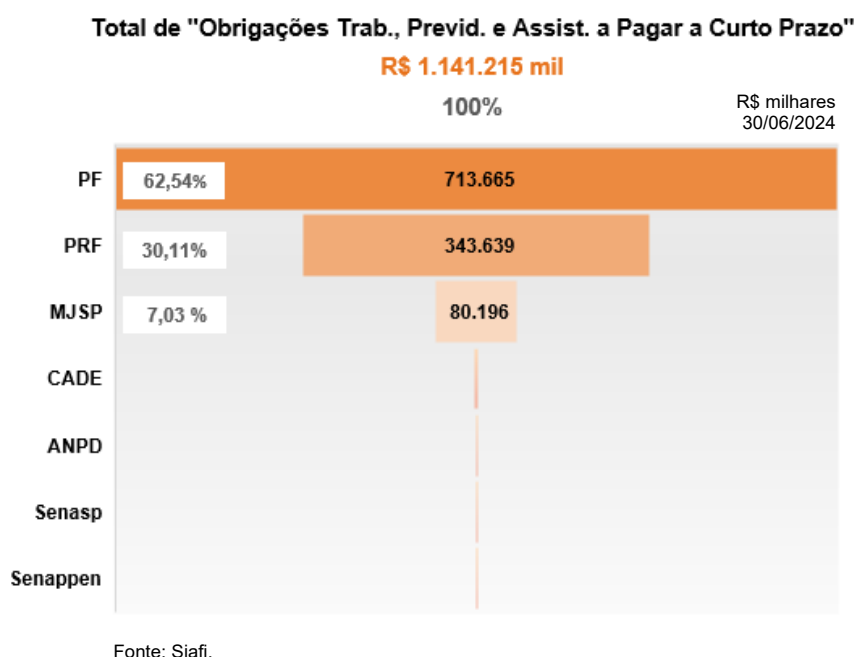
Nome da Conta	Nome do Órgão	30/06/2024	31/12/2023	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	90.697	93.163	22,94	(2,65)
	Polícia Federal	53.653	54.825	13,57	(2,14)
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.897	9.887	2,50	0,10
	Polícia Rodoviária Federal	2.134	2.129	0,54	0,23
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	1.510	1.510	0,38	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública	710	710	0,18	0,00
	Total	158.600	162.223	40,11	(2,23)
Softwares com vida útil definida - em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	16.200	11.851	4,10	36,69
	Total	16.200	11.851	4,10	36,69
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	159.968	160.032	40,46	(0,04)
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	25.609	22.273	6,48	14,98
	Polícia Rodoviária Federal	22.364	22.364	5,66	0,00
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.123	6.123	1,55	0,00
	Secretaria Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,51	0,00
	Secretaria Nacional de Políticas Penais	10	10	0,00	0,00
	Total	220.054	216.782	55,65	1,51
Softwares com vida útil indefinida - em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	54.753	52.746	13,85	3,80
	Total	54.753	52.746	13,85	3,80
Softwares não localizados	Polícia Federal	4	11	0,00	(64,92)
	Total	4	11	0,00	(64,92)
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.546)	(1.503)	(0,39)	2,86
	Polícia Federal	(52.670)	(52.287)	(13,32)	0,73
	Total	(54.215)	(53.790)	(13,71)	0,79
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		390.766	389.823	100,00	1,43

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP

No segundo trimestre de 2024 foram contabilizados R\$ 1.141.215 mil em “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, as quais representaram (58,68%) do Passivo Circulante. Tais obrigações são constituídas por salários, remunerações, férias, benefícios assistenciais e previdenciários a pagar, dentre outros.

Na “Figura 10”, destaca-se a representatividade da PF e a PRF, sendo R\$ 713.665 (62,54%) na PF e R\$ 343.639 mil (30,11%) na PRF. Ambos os órgãos somaram 1.057.304 mil (92,65%) do total do referido grupo de contas.

Figura 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – por órgão**Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão**

	R\$ milhares			
Descrição	30/06/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Polícia Federal	713.665	564.918	62,54	26,33
Polícia Rodoviária Federal	343.639	299.426	30,11	14,77
Ministério da Justiça e Segurança Pública	80.196	87.979	7,03	(8,85)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.148	2.209	0,28	42,54
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	393	272	0,03	44,32
Secretaria Nacional de Segurança Pública	174	-	0,02	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	0	3	0,00	(91,08)
Total Geral	1.141.215	954.807	100,00	19,52

Fonte: Siafi.

Conforme detalhado na “Tabela 10”, a rubrica “Pessoal a Pagar” representou R\$ 1.129.984 mil (99,02%) do total das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”. Deste montante, R\$ 707.781 mil (62,64%) foram registrados na Polícia Federal e R\$ 338.985 mil (30,00%), na Polícia Rodoviária Federal. Ambos os órgãos totalizaram R\$ 1.046.766 mil (92,64%) de “Pessoal a Pagar”.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

R\$ milhares

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Pessoal a Pagar	1.129.984	944.518	99,02	19,64
Entidades de Previdência Privada e Complementar	4.242	4.361	0,37	(2,74)
Benefícios Previdenciários	3.931	3.193	0,34	23,13
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.781	2.494	0,24	11,53
INSS a Pagar – Intra OFSS	198	116	0,02	70,27
INSS a Pagar	71	125	0,01	(43,26)
PSSS – Contribuição s/ Vencimentos e Vantagens	6	-	0,00	-
FGTS	2	-	0,00	-
Total Geral	1.141.215	954.807	100,00	19,52

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo – BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo", no segundo trimestre de 2024, consolidadas em R\$ 436.432 mil no balanço patrimonial, conforme apresentado na "Tabela 11" e "Figura 11", representaram 12,67% do total do Passivo Exigível, assim registradas nos órgãos do MJSP:

- a) R\$ 217.061 mil (49,74%) na PRF;
- b) R\$ 172.190 mil (39,45%) na PF;
- c) R\$ 16.609 mil (3,81%) no Senasp;
- d) R\$ 15.076 mil (3,45%) no CADE;
- e) R\$ 12.873 mil (2,95%) no MJSP; e
- f) R\$ 126 mil (0,03%) nos demais órgãos.

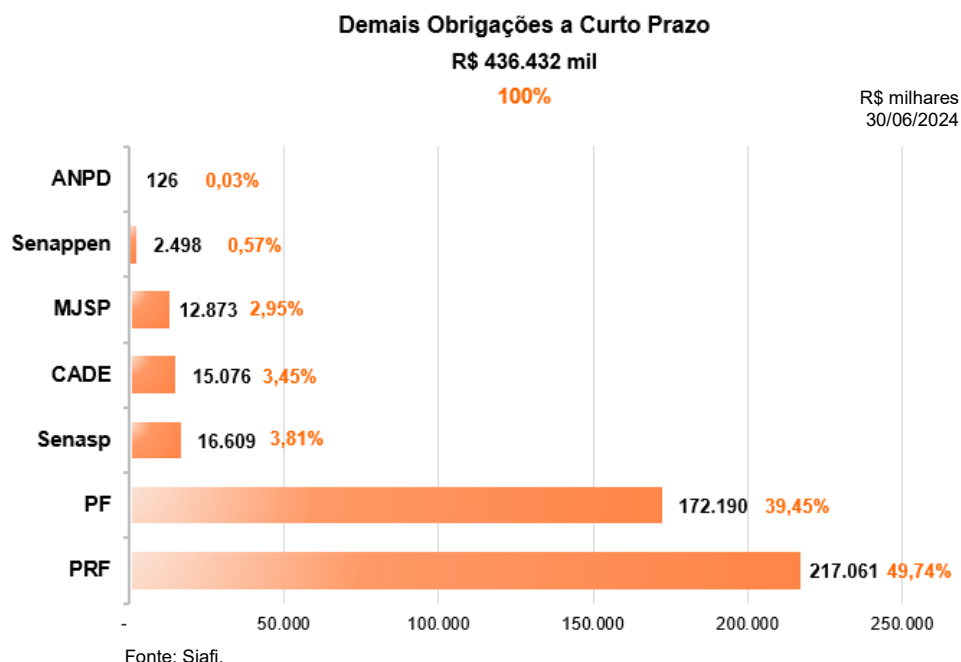
Tabela 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por órgão

R\$ milhares

Órgão	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Polícia Rodoviária Federal	217.061	195.444	49,74	11,06
Polícia Federal	172.190	71.875	39,45	139,57
Secretaria Nacional de Segurança Pública	16.609	23.894	3,81	(30,49)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	15.076	14.105	3,45	6,89
Ministério da Justiça e Segurança Pública	12.873	14.697	2,95	(12,41)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.498	578	0,57	332,03
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	126	12	0,03	966,52
Total Geral	436.432	320.605	100,00	36,13

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão



Com referência a composição por grupo de contas, no segundo trimestre de 2024, R\$ 423.610 mil (97,06%) das "Demais Obrigações a Curto Prazo", conforme apresentado na "Tabela 12", foram correspondentes às seguintes contabilizações:

- Consignações: R\$ 241.258 mil (55,28%); sendo R\$ 156.859 mil da PF e R\$ 67.366 mil da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 224.225 mil (92,94%) – referentes às consignações para impostos, previdência, sindicatos/ associações/ cooperativas, empréstimos e financiamentos, serviços de processamento de dados, depósitos retidos de fornecedores e outros consignatários.
- Transferências Financeiras a Comprovar - TED: R\$ 118.968 mil (27,26%); sendo 85.498 mil do referido montante da PRF (71,87%).
- Depósitos não Judiciais: R\$ 63.383 mil (14,52%); sendo R\$ 62.907 mil (99,25%) da PRF.

Tabela 12 – Demais Obrigações a Curto Prazo – composição por grupo de contas

Grupo de Contas	R\$ milhares			
	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Consignações	241.258	137.876	55,28	74,98
Transferências Financeiras A Comprovar - Ted	118.968	117.384	27,26	1,35
Depósitos Nao Judiciais	63.383	61.154	14,52	3,65
Valores Em Trânsito Exigíveis	5.553	359	1,27	1.447,41
Diárias A Pagar	2.851	728	0,65	291,57
Obrigações Com Entidades Federais - Consolid.	2.233	654	0,51	241,58
Indenizações, Restituições E Compensações	1.224	547	0,28	123,66
Obrigações Junto A Entidades Federais - Intra	409	1.139	0,09	(64,13)
Obrigações Com Entidades Estaduais	337	505	0,08	(33,39)
Depósitos Judiciais	110	92	0,03	19,62
Incentivos A Educação, Cultura E Outros	106	166	0,02	(36,27)
Indenizações, Restituições E Compensac -Intra	-	-	-	-
Serviços Eventuais - Pessoal Técnico	-	0	-	(100,00)
Total Geral	436.432	320.605	100,00	36,13

Fonte: Siafi.

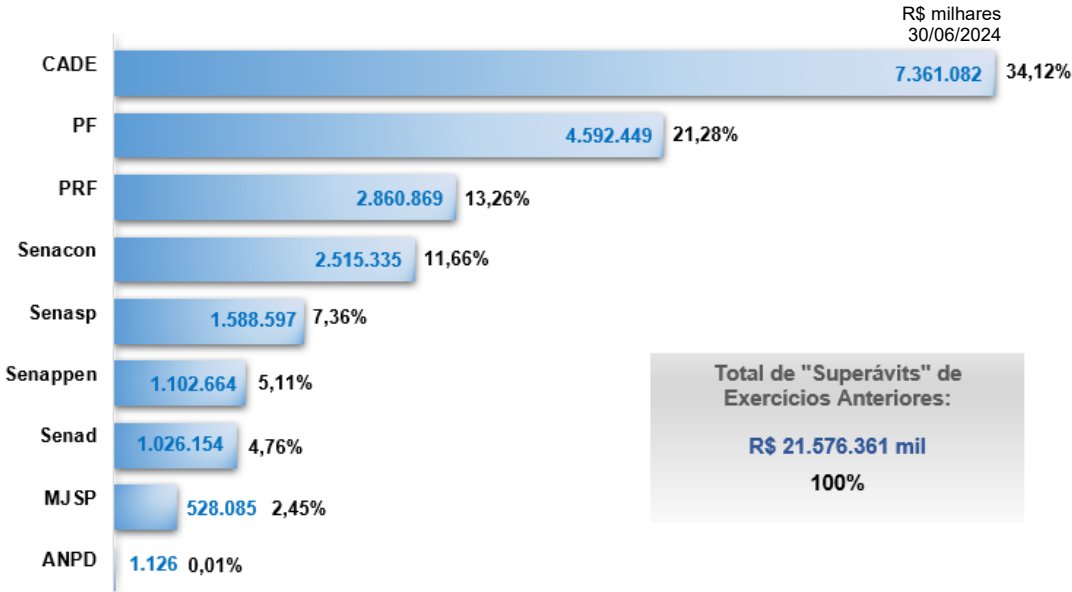
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

No segundo trimestre de 2024, os “Resultados de Exercícios Anteriores” totalizaram R\$ 21.576.361 mil; sendo, R\$ 17.329.735 mil (80,32%), provenientes dos seguintes resultados superavitários por órgão:

- a) R\$ 7.361.082 mil (34,12%) no CADE;
- b) R\$ 4.592.449 mil (21,28%) na PF;
- c) R\$ 2.860.869 mil (13,26%) na PRF, e
- d) R\$ 2.515.335 mil (11,66%) na Senacon.

Os demais órgãos subordinados ao MJSP representaram R\$ 4.246.626 mil (19,68%) dos “Resultados de Exercícios Anteriores” no segundo trimestre de 2024, cuja distribuição pode ser observada a seguir na “Figura 12”.

Figura 12 - Composição de Superávits de Exercícios Anteriores - por órgão



Fonte: Siafi.

Com relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, na análise vertical do Balanço Patrimonial, o saldo de “Resultado de Exercícios Anteriores” representou R\$ 21.576.361 mil (79,45%), correspondente a superávits/déficits provenientes de exercícios anteriores, cuja composição por órgão vinculado ao MJSP pode-se observar a seguir na “Tabela 13”.

Tabela 13 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares				
Resultado de Exercícios Anteriores	30/06/2024	31/12/2023	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.361.108	5.386.418	34,12	36,66
Polícia Federal	4.590.042	4.558.665	21,27	0,69
Polícia Rodoviária Federal	2.860.869	2.406.977	13,26	18,86
Secretaria Nacional do Consumidor	2.515.335	1.918.728	11,66	31,09
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.588.597	1.331.667	7,36	19,29
Secretaria Nacional de Políticas Penais	1.102.664	1.221.078	5,11	(9,70)
Secretaria Nacional Antidrogas	1.026.154	737.436	4,76	39,15
Ministério da Justiça e Segurança Pública	441.209	486.537	2,04	(9,32)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	1.126	281	0,01	300,27
Subtotal (A)	21.487.104	18.047.788	99,59	19,06
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				

Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,40	0,00
Polícia Federal	2.406	-	0,01	-
Subtotal (B)	89.282	86.876	0,41	2,77
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	(25)	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25)	(25)	(0,00)	-
Total (A+B+C)	21.576.361	18.134.639	100,00	18,98

Fonte: Siafi.

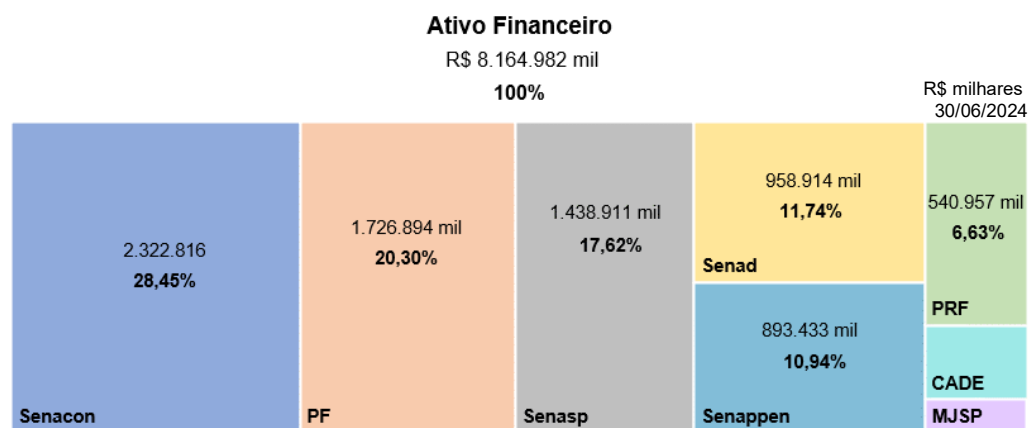
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

O "Ativo Financeiro", no segundo trimestre de 2024, representou R\$ 8.164.982 mil (30,07%) do total de ativos (financeiros e permanentes), compreendendo numerário e créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária, assim registrados no órgão MJSP:

- R\$ 2.322.816 mil (28,45%) na Senacon;
- R\$ 1.726.894 mil (21,15%) na PF;
- R\$ 1.438.911 mil (17,62%) na Senasp;
- R\$ 958.914 mil (11,74%) na Senad;
- R\$ 893.433 mil (10,94%) na Senappen;
- R\$ 540.957 mil (6,63%) na PRF;
- R\$ 197.977 mil (2,42%) no CADE;
- R\$ 84.680 mil (1,04%) no MJSP; e
- R\$ 400 mil (0,00%) na ANPD.

Figura 13 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

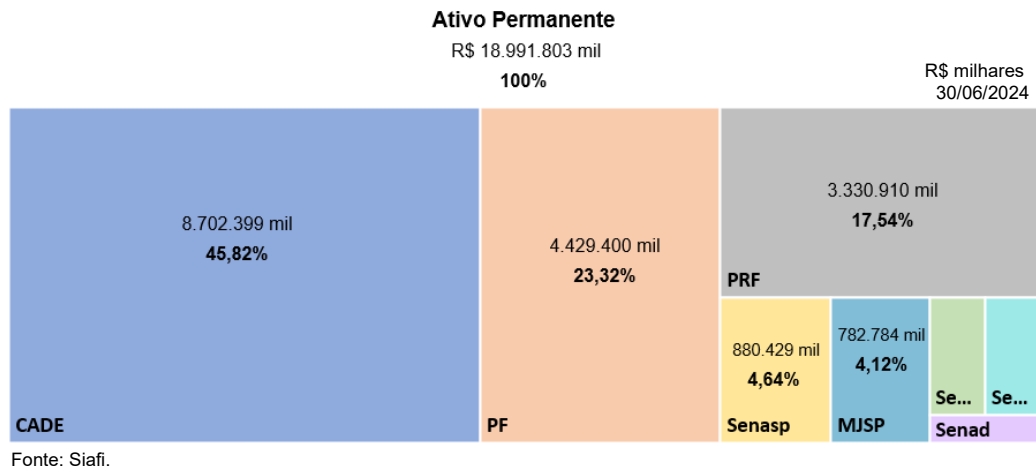
Ativo Permanente

Com relação à representação dos órgãos vinculados ao MJSP, no segundo trimestre de 2024, R\$ 18.911.803 mil, referente ao "Ativo Permanente", foram assim registrados:

- R\$ 8.702.399 mil (45,82%) no CADE;
- R\$ 4.429.400 mil (23,32%) na PF;
- R\$ 3.330.910 mil (17,54%) na PRF;
- R\$ 880.429 mil (4,64%) na Senasp;
- R\$ 782.784 mil (4,12%) no MJSP; R\$ 361.161 mil (1,90%) na Senacon;
- R\$ 338.289 mil (1,78%) na Senappen;
- R\$ 164.950 mil (0,87%) na Senad; e
- R\$ 1.481 mil (0,01%) na ANPD.

Destaca-se que no CADE, o “Ativo Permanente” de R\$ 8.702.399 mil refere-se prioritariamente aos registros contábeis relativos à dívida ativa não tributária e créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais. Na PF e PRF, a composição desse grupo de contas refere-se sobretudo a bens móveis e imóveis dos respectivos órgãos.

Figura 14 – Composição do Ativo Permanente – por órgão



Passivo Financeiro

No segundo trimestre de 2024, o “Passivo Financeiro” representou R\$ 11.369.893 mil (81,77%) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na “Tabela 14” a seguir.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

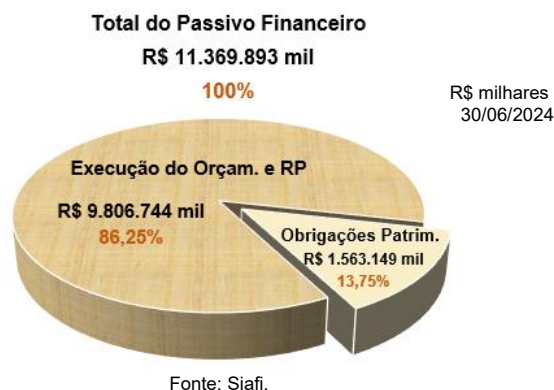
R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgão	30/06/2024	31/12/2023	AV% (Jun/2024)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	4.334.468	885.936	38,12	389,25
Polícia Federal	2.968.726	1.043.505	26,11	184,50
Secretaria Nacional de Segurança Pública	2.145.354	994.185	18,87	115,79
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.055.009	881.152	9,28	19,73
Secretaria Nacional de Políticas Penais	729.411	775.531	6,42	(5,95)
Secretaria Nacional Antidrogas	67.126	64.420	0,59	4,20
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	40.525	17.429	0,36	132,51
Secretaria Nacional do Consumidor	16.623	20.627	0,15	(19,41)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	12.651	1.941	0,11	551,75
Total Geral	11.369.893	4.684.726	100,00	142,70

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cujas representações constam na “Figura 15”.

Figura 15 – Composição do Passivo Financeiro



Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

Os passivos financeiros/ orçamentários relativos à execução do orçamento e de restos a pagar representaram R\$ 9.806.744 mil (86,25%) do total do Passivo Financeiro no segundo trimestre de 2024. Sua distribuição por órgão, detalhada na “Tabela 15”, ocorreu da seguinte forma:

- a) R\$ 3.768.681 mil (38,43%) na PRF;
- b) R\$ 2.158.531 mil (22,01%) na PF;
- c) R\$ 2.123.331 mil (21,65%) na Senasp;
- d) R\$ 972.108 mil (9,91%) no MJSP;
- e) R\$ 655.590 mil (6,69%) no Senappen; e
- f) R\$ 128.503 mil (1,31%) nos demais órgãos do MJSP.

Tabela 15 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

Órgão	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Polícia Rodoviária Federal	3.768.681	458.810	38,43	721,40
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	356.660	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	3.564.511	-	36,35	-
RP não processados a liquidar	172.060	96.149	1,75	78,95
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 11.380/23	-	6.002	-	(100,00)
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 93.872/86	32.111	-	0,33	-
Polícia Federal	2.158.531	528.501	22,01	308,42
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	477.278	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	1.981.412	-	20,20	-
RP não processados a liquidar	157.962	41.033	1,61	284,96
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 11.380/23	-	10.191	-	(100,00)
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 93.872/86	19.157	-	0,20	-
Secretaria Nacional de Segurança Pública	2.123.331	990.204	21,65	114,43
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	552.908	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	1.457.020	-	14,86	-
RP não processados a liquidar	547.583	437.295	5,58	25,22
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 93.872/86	118.728	-	1,21	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	972.108	816.010	9,91	19,13
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	407.686	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	418.162	-	4,26	-
RP não processados a liquidar	545.328	408.324	5,56	33,55
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 93.872/86	8.618	-	0,09	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	655.590	709.398	6,69	(7,59)
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	346.218	-	(100,00)

Crédito empenhado a liquidar	83.491	-	0,85	-
RP não processados a liquidar	481.677	117.494	4,91	309,96
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 93.872/86	90.422	245.686	0,92	(63,20)
Secretaria Nacional Antidrogas	67.126	64.420	0,68	4,20
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	38.710	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	8.257	-	0,08	-
RP não processados a liquidar	58.869	25.710	0,60	128,97
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 93.872/86	-	-	-	-
Conselho Administrativo De Defesa Econômica	38.500	16.024	0,39	140,27
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	14.020	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	27.963	-	0,29	-
RP não processados a liquidar	8.671	2.004	0,09	332,66
RPNP a liq bloqueados - Decreto 93.872/86	1.866	-	0,02	-
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	12.175	1.657	0,12	634,70
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	1.031	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	10.926	-	0,11	-
RP não processados a liquidar	624	626	0,01	(0,31)
RPNP a liq bloqueados - Decreto 93.872/86	626	-	0,01	-
Secretaria Nacional do Consumidor	10.702	16.773	0,11	(36,20)
Crédito a liquidar inscrito em RPNP	-	500	-	(100,00)
Crédito empenhado a liquidar	3.716	-	0,04	-
RP não processados a liquidar	4.689	15.123	0,05	(68,99)
RPNP a liq. bloqueados - Decreto 93.872/86	2.296	1.150	0,02	99,66
Total Geral	11.780.601	3.601.798	100,00	227,08

Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

Os passivos financeiros referentes às obrigações patrimoniais, representaram R\$ 1.563.149 mil (13,75%) do Passivo Financeiro, no segundo trimestre de 2024, assim registrados:

- a) R\$ 810.195 mil (51,83%) na PF;
- b) R\$ 565.787 mil (36,20%) na PRF;
- c) R\$ 82.901 mil (5,30%) no MJSP;
- d) R\$ 73.821 mil (4,72%) no Senappen; e
- e) R\$ 30.444 mil (1,95%) nos demais órgãos do MJSP.

Conforme pode-se observar, os órgãos PF, PRF totalizaram R\$ 1.375.982 mil (88,03%) do montante das referidas obrigações patrimoniais.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram R\$ 870.305 mil (55,68%) das obrigações patrimoniais.

Tabela 16 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas	30/06/2024	31/12/2023	AV% (Jun/2024)	AH%
Polícia Federal	810.195	515.004	51,83	57,32
Salários, remunerações e benefícios	491.562	426.324	31,45	15,30
Polícia Rodoviária Federal	565.787	427.126	36,20	32,46
Salários, remunerações e benefícios	338.985	295.365	21,69	14,77
Ministério da justiça e segurança publica	82.901	65.142	5,30	27,26
Salários, remunerações e benefícios	38.205	33.456	2,44	14,20
Secretaria Nacional de Políticas Penais	73.821	66.133	4,72	11,63
Secretaria Nacional de Segurança Pública	22.023	3.981	1,41	453,14
Secretaria Nacional do Consumidor	5.921	3.853	0,38	53,66
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.025	1.405	0,13	44,10
Salários, remunerações e benefícios	1.202	850	0,08	41,40
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	476	284	0,03	67,56
Salários, remunerações e benefícios	350	272	0,02	28,80
Total Geral	1.563.149	1.082.928	100,00	44,34

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

No segundo trimestre de 2024, na composição do Passivo Permanente – R\$ 1.881.706 mil, destaca-se a representação da PRF, totalizando R\$ 1.585.503 mil (84,26%); sendo R\$ 1.500.000 mil (79,71%) do referido montante referente ao registro contábil, em junho de 2024, de provisão para perdas judiciais e administrativas, classificado pela Portaria AGU nº 68, de 18 de novembro de 2022. Observa-se a distribuição do Passivo Permanente por órgão na "Tabela 17" e "Figura 16".

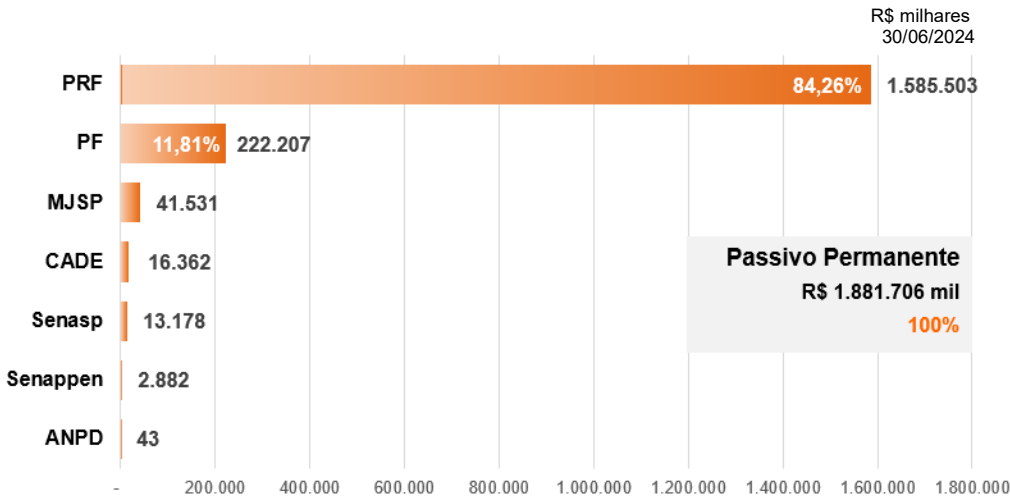
Tabela 17 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares

Passivo Permanente – por órgão	30/06/2024	31/12/2023	AV% (Jun/2024)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	1.585.503	75.309	84,26	2.005,34
Polícia Federal	222.207	138.935	11,81	59,94
Ministério Da Justiça e Segurança Pública	41.531	54.013	2,21	(23,11)
Conselho Administrativo De Defesa Econômica	16.362	15.069	0,87	8,57
Secretaria Nacional de Segurança Pública	13.178	22.489	0,70	(41,40)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	2.882	2.469	0,15	16,73
Autoridade Nacional De Proteção De Dados	43	-	0,00	-
Total Geral	1.881.706	308.285	100,00	510,38

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 10 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

Os “Atos Potenciais Passivos” são representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No órgão superior do MJSP, os “Atos Potenciais Passivos” são representados, portanto, pelos grupos de contas “Garantias e Contragarantias Concedidas”, “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos” e “Obrigações Contratuais”, de acordo com o “Quadro de Compensações” do Balanço Patrimonial.

Atos Potenciais Passivos: por Órgão

Conforme apresentado na “Tabela 18” e na “Figura 17”, os “Atos Potenciais Passivos” totalizaram R\$ 5.561.099 mil (100%), no segundo trimestre de 2024, assim registrados no MJSP:

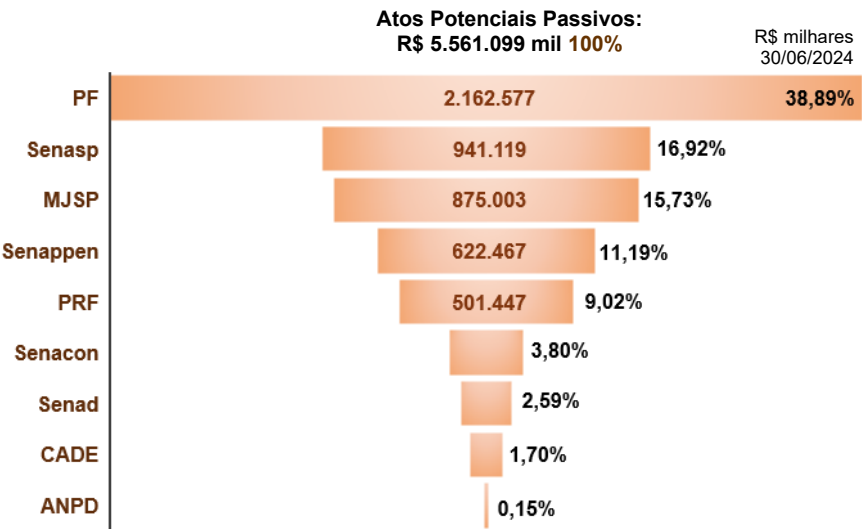
- a) R\$ 2.162.577 mil (38,89%) na PF;
- b) R\$ 941.119 mil (16,92%) no Senasp;
- c) R\$ 875.003 mil (15,73%) no MJSP;
- d) R\$ 622.467 mil (11,19%) no Senappen;
- e) R\$ 501.447 mil (9,02%) na PRF;
- f) R\$ 211.596 mil (3,80%) no Senacon; e
- g) R\$ 246.891 mil (4,44%) nos demais órgãos.

Tabela 18 – Atos Potenciais Passivos – por órgão

R\$ milhares				
Atos potenciais Passivos - por órgão	30/06/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Polícia Federal	2.162.577	1.903.289	38,89	13,62
Secretaria Nacional de Segurança Pública	941.119	952.547	16,92	(1,20)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	875.003	841.780	15,73	3,95
Secretaria Nacional de Políticas Penais	622.467	620.900	11,19	0,25
Polícia Rodoviária Federal	501.447	439.110	9,02	14,20
Secretaria Nacional do Consumidor	211.596	236.285	3,80	(10,45)
Secretaria Nacional Antidrogas	144.017	148.358	2,59	(2,93)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	94.476	87.071	1,70	8,50
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	8.398	8.196	0,15	2,46
Total	5.561.099	5.237.536	100,00	6,18

Fonte: Siafi.

Figura 17 – Atos Potenciais Passivos – por órgão



Fonte: Siafi.

Atos Potenciais Passivos: por Grupo de Contas

Na análise por grupo de contas, no segundo trimestre de 2024, R\$ 3.731.786 mil (67,11%) foram decorrentes de “Obrigações Contratuais” e R\$ 1.829.285 mil (32,89%) de “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”; totalizando, portanto, R\$ 5.561.071 mil (100%) de “Atos Potenciais Passivos”. Ressalta-se que as “Garantias e Contragarantias Concedidas” apresentaram o valor de R\$ 28 mil, cuja representação não impactou percentualmente no saldo dos atos potenciais passivos”.

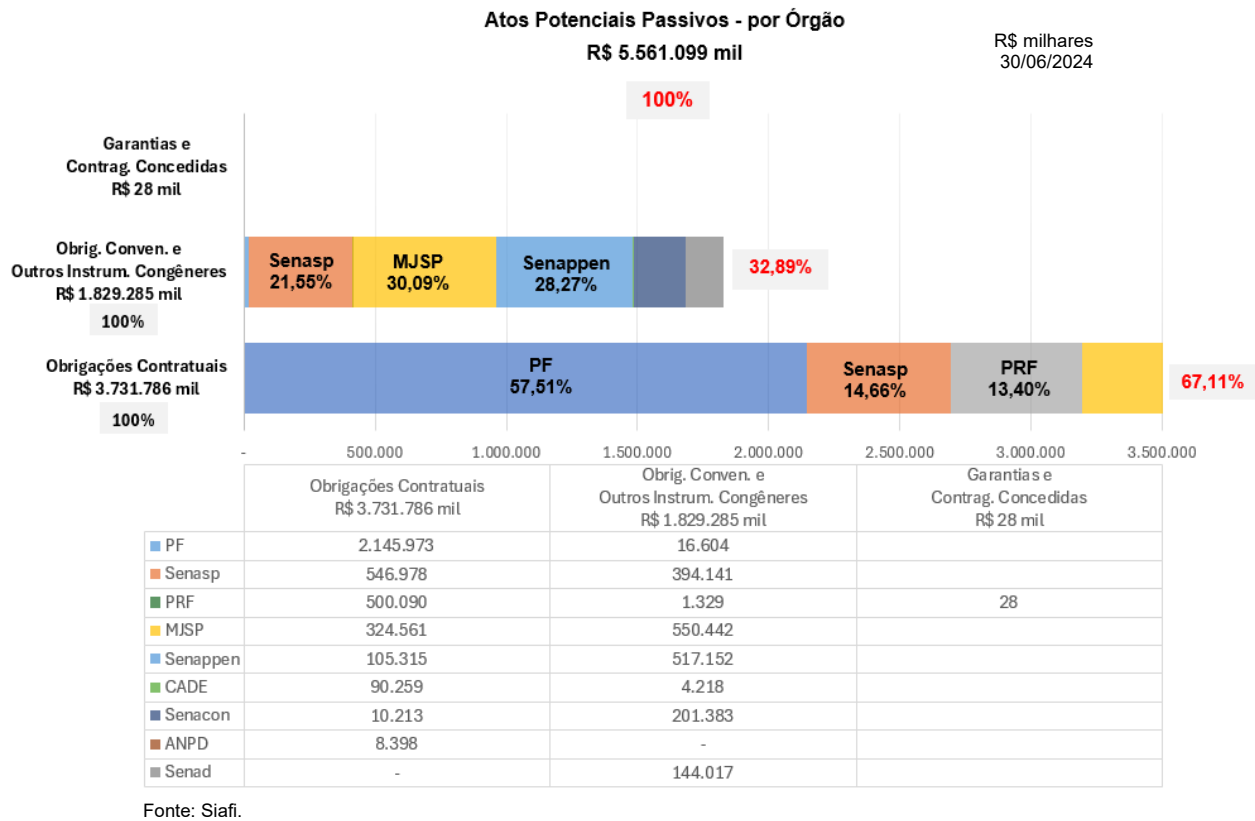
Conforme apresentado na “Figura 18”, em junho de 2024, as “Obrigações Contratuais”, que totalizaram R\$ 3.731.786 mil (100%), foram assim compostas:

- a) R\$ 2.145.973 mil (57,51%) na PF;
- b) R\$ 546.978 mil (14,66%) no Senasp;
- c) R\$ 500.090 mil (13,40%) na PRF; e
- d) R\$ 324.561 mil (8,70%) no MJSP;
- e) R\$ 105.315 mil (2,82%) no Senappen; e
- f) R\$ 108.870 mil (2,92%) nos demais órgãos do MJSP.

As “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, que totalizaram R\$ 1.829.285mil (100%), foram assim registradas:

- a) R\$ 550.442 mil (30,09%) no MJSP;
- b) R\$ 517.152 mil (28,27%) no Senappen;
- c) R\$ 394.141 mil (21,55%) no Senasp;
- d) R\$ 201.383 mil (11,01%) no Senacon;
- e) R\$ 144.017 mil (7,87%) no Senad; e
- f) R\$ 22.150 mil (1,21%) nos demais órgãos do MJSP.

Figura 18– Atos Potenciais Passivos – por grupo de contas



Destaca-se, conforme apresentado na “Figura 18”, que das “Obrigações Contratuais”, R\$3.731.786 mil, as quais contemplam os contratos em que a administração pública participa como contratante, R\$ 2.145.973mil (57,51%) foram decorrentes da PF, R\$ 546.978 mil (14,66%) da Senasp e R\$ 500.090 mil (13,40%) da PRF, cujos órgãos somaram R\$ 3.193.041 mil (85,56%) de representação do referido grupo de contas.

Quanto às “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres”, R\$ 1.663.118 mil (90,92%) dos registros foram compostos pelos órgãos do MJSP, Senappen, Senasp e Senacon; os quais representaram, respectivamente, R\$ 550.442 mil (30,09%); R\$ 517.152 mil (28,27%); R\$ 394.141 mil (21,55%) e R\$ 201.383 mil (11,01%).

Atos Potenciais Passivos: Obrigações Contratuais - por Modalidade

No segundo trimestre de 2024, das “Obrigações Contratuais” registradas no órgão MJSP, conforme apresentado na “Figura 19”, R\$ 2.506.523 mil (67,17%) foram referentes aos contratos de serviços e R\$ 1.085.289 mil (29,08%) aos contratos de fornecimento de bens, os quais somaram R\$ 3.591.812 mil (96,25%) do total dos registros no referido grupo de contas.

Figura 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade

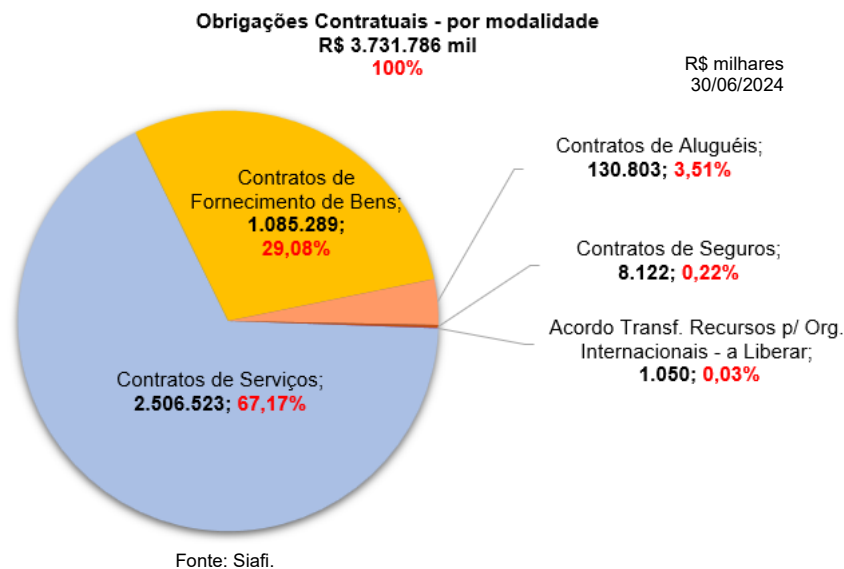


Tabela 19 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares				
Obrigações Contratuais - por modalidade	30/06/2024	31/12/2023	AV%	AH%
Contratos de Serviços	2.506.523	2.003.928	67,17	25,08
Polícia Federal	1.703.798	1.412.533	45,66	20,62
Polícia Rodoviária Federal	347.173	297.681	9,30	16,63
Ministério da Justiça e Segurança Pública	266.992	103.689	7,15	157,49
Secretaria Nacional de Políticas Penais	86.055	86.927	2,31	(1,00)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	66.835	61.315	1,79	9,00
Secretaria Nacional de Segurança Pública	22.297	29.307	0,60	(23,92)
Secretaria Nacional do Consumidor	10.213	10.315	0,27	(0,99)
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	3.160	2.161	0,08	46,26
Contratos de Fornecimento de Bens	1.085.289	1.055.368	29,08	2,84
Secretaria Nacional de Segurança Pública	522.494	515.707	14,00	1,32
Polícia Federal	340.742	365.044	9,13	(6,66)
Polícia Rodoviária Federal	139.608	133.017	3,74	4,95
Ministério da Justiça e Segurança Pública	56.496	22.726	1,51	148,59
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	14.571	14.731	0,39	(1,09)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	11.342	4.106	0,30	176,27
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	37	37	0,00	0,00
Contratos de Aluguéis	130.803	128.802	3,51	1,55
Polícia Federal	101.434	107.824	2,72	(5,93)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	8.852	6.028	0,24	46,85
Polícia Rodoviária Federal	8.313	1.948	0,22	326,61
Secretaria Nacional de Políticas Penais	7.003	7.003	0,19	0,00
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	5.201	5.999	0,14	(13,29)
Contratos de Seguros	8.122	7.478	0,22	8,60
Polícia Rodoviária Federal	4.997	4.353	0,13	14,78
Secretaria Nacional de Segurança Pública	2.186	2.186	0,06	0,00
Secretaria Nacional de Políticas Penais	915	915	0,02	0,00

Ministério da Justiça e Segurança Pública	23	23	0,00	0,00
Acordo Transf. Recursos p/ Org. Internacionais - a Liberar	1.050	1.050	0,03	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.050	1.050	0,03	0,00
Obrigações Contratuais - por modalidade	3.731.786	3.196.627	100,00	16,74

Fonte: Siafi.

Na "Tabela 19", com relação às "Obrigações Contratuais", destacaram-se os contratos da Polícia Federal, totalizando R\$ 2.145.973 mil (57,51%) do referido grupo de contas, assim registrados:

- a) Contratos de Serviços: R\$ 1.703.798 mil (45,66%);
- b) Contratos de Fornecimento de Bens: R\$ 340.742 mil (9,13%); e
- c) Contratos de Aluguéis: R\$ 101.434 mil (2,72%).

Atos Potenciais Passivos: Obrig. Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por Modalidade

No segundo trimestre de 2024, conforme apresentado na "Tabela 20", destacam-se os "Convênios e Outros Instrumentos Congêneres", representando R\$ 1.492.386 mil (81,58%) do grupo de contas "Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres"; sendo R\$ 1.399.909 mil (76,53%), assim distribuídos entre os órgãos do MJSP:

- a) R\$ 522.231 mil (28,55%) no MJSP;
- b) R\$ 512.108 mil (28,00%) no Senappen; e
- c) R\$ 365.570 mil (19,98%) no Senasp.

Tabela 20 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade e por órgão

R\$ milhares

Conta Contábil	30/06/2024	31/12/2023	AV %	AH %
Convênios e Outros Instrumentos Congêneres	1.492.386	1.647.307	81,58	(9,40)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	522.231	670.993	28,55	(22,17)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	512.108	515.861	28,00	(0,73)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	365.570	366.882	19,98	(0,36)
Secretaria Nacional Antidrogas	69.696	67.059	3,81	3,93
Secretaria Nacional do Consumidor	22.781	26.512	1,25	(14,08)
Termo de Execução Descentralizada	336.899	393.574	18,42	(14,40)
Secretaria Nacional do Consumidor	178.603	199.458	9,76	(10,46)
Secretaria Nacional Antidrogas	74.321	81.299	4,06	(8,58)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	28.571	38.464	1,56	(25,72)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	28.211	43.298	1,54	(34,85)
Polícia Federal	16.604	17.888	0,91	(7,18)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	5.044	6.088	0,28	(17,15)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.218	4.997	0,23	(15,59)
Polícia Rodoviária Federal	1.329	2.082	0,07	(36,17)
Total	1.829.285	2.040.881	100,00	(10,37)

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP

No segundo trimestre de 2024, os grupos de contas consolidados em "Pessoal e Encargos" nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, totalizaram R\$ 4.348.139 mil (14,00%) das Variações Patrimoniais Diminutivas, assim distribuídas entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 2.547.484 mil (58,59%) na PF;
- b) R\$ 1.556.480 mil (35,80%) na PRF;
- c) R\$ 234.527 mil (5,39%) no MJSP;
- d) R\$ 7.400 mil (0,17%) no CADE;
- e) R\$ 2.239 mil (0,05%) na ANPD; e
- e) R\$ 9 mil (0,00%) na Senappen.

Tabela 21 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

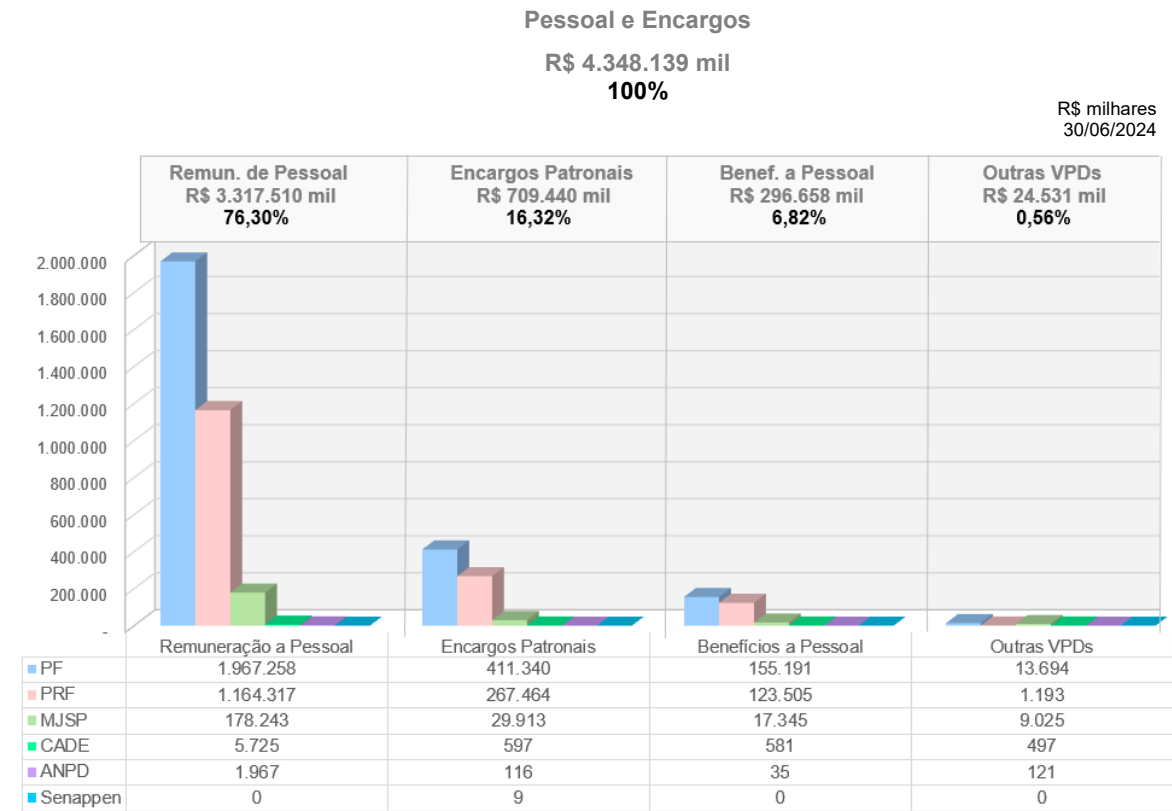
R\$ milhares

Pessoal e Encargos	30/06/2024	30/06/2023	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	2.547.484	2.392.806	58,59	6,46
Remuneração a Pessoal	1.967.258	1.866.144	45,24	5,42
Encargos Patronais	411.340	391.686	9,46	5,02
Benefícios a Pessoal	155.191	122.178	3,57	27,02
Outras VPD - Pessoal e Encargos	13.694	12.797	0,31	7,01
Polícia Rodoviária Federal	1.556.480	1.466.069	35,80	6,17
Remuneração a Pessoal	1.164.317	1.109.237	26,78	4,97
Encargos Patronais	267.464	258.025	6,15	3,66
Benefícios a Pessoal	123.505	97.801	2,84	26,28
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.193	1.007	0,03	18,51
Ministério da Justiça e Segurança Pública	234.527	223.811	5,39	4,79
Remuneração a Pessoal	178.243	169.646	4,10	5,07
Encargos Patronais	29.913	26.879	0,69	11,29
Benefícios a Pessoal	17.345	18.612	0,40	(6,80)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	9.025	8.675	0,21	4,04
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.400	6.815	0,17	8,60
Remuneração a Pessoal	5.725	5.589	0,13	2,43
Encargos Patronais	597	593	0,01	0,80
Benefícios a Pessoal	581	396	0,01	46,86
Outras VPD - Pessoal e Encargos	497	237	0,01	109,58
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	2.239	-	0,05	-
Remuneração a Pessoal	1.967	-	0,05	-
Outras VPD - Pessoal e Encargos	121	-	0,00	-
Encargos Patronais	116	-	0,00	-
Benefícios a Pessoal	35	-	0,00	-
Secretaria Nacional de Políticas Penais	9	3	0,00	222,03
Encargos Patronais	9	3	0,00	222,03
Total Geral	4.348.139	4.089.503	100,00	6,32

Fonte: Siafi.

Conforme demonstrado na “Figura 20”, “Remuneração a Pessoal” foi correspondente a R\$ 3.317.510 mil (76,30%) do total dos dispêndios com “Pessoal e Encargos”. Destaca-se que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal totalizaram R\$ 3.131.575 mil (94,40%) de “Remuneração a Pessoal”, sendo R\$ 1.967.258 mil (59,30%) na PF e R\$ 1.164.317 mil (35,10%) na PRF.

Figura 20 – Pessoal e Encargos – por subgrupo de contas



Fonte: Siafi.

Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No segundo trimestre de 2024, as receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais” representaram R\$ 1.470.321 mil (43,53%) do total das receitas correntes realizadas, conforme apresentado no balanço orçamentário. A referido saldo abarca receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na “Tabela 22”, a Secretaria Nacional de Segurança Pública representou R\$ 1.326.079 mil (90,19%) das receitas realizadas classificadas como “Demais Receitas Patrimoniais”, sendo R\$ 1.307.089 mil (88,90%) provenientes da participação da União em loterias de prognósticos numéricos.

Tabela 22 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

	R\$ milhares	
Demais Receitas Patrimoniais Realizadas	30/06/2024	AV (%)
Secretaria Nacional de Segurança Pública	1.326.079	90,19
Participação da União em Receitas de Loterias de Prognósticos Numéricos	1.307.089	88,90
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	8.867	0,60
Participação da União em Receita de Loteria Federal	5.779	0,39
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	4.344	0,30
Secretaria Nacional de Políticas Penais	144.242	9,81
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	141.154	9,60
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.773	0,12
Participação da União em Receita de Loteria Federal	936	0,06
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	378	0,03
Total	805.627	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Receitas – Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No segundo trimestre de 2024, as receitas realizadas registradas na rubrica contábil "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais" apresentaram saldo de R\$ 800.459 mil (23,70%) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

A composição do referido montante foi proveniente sobretudo dos seguintes registros nos órgãos do MJSP:

- a) PRF, R\$ 583.919 mil (72,95%); sendo R\$ 581.265 mil (72,62%) referente a receita líquida arrecadada proveniente de multas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB; e
- b) Senacon, R\$ 183.864 mil (22,97%); referente a arrecadação de multas previstas na legislação sobre defesa dos direitos difusos, com a finalidade de promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e a Senacon, portanto, somaram R\$ 767.783 mil (95,92%) das receitas realizadas relativas à "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais".

Isto posto, os demais órgãos representaram somente R\$ 32.677 mil (4,08%) dos registros remanescentes.

Tabela 23 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

	R\$ milhares	
Receita Orçamentária Líquida – por órgão	30/06/2024	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	583.919	72,95
Secretaria Nacional do Consumidor	183.864	22,97
Polícia Federal	22.104	2,76
Secretaria Nacional de Políticas Penais	9.932	1,24
Secretaria Nacional Antidrogas	326	0,04
Secretaria Nacional de Segurança Pública	314	0,04
Total	800.459	100,00

Fonte: Siafi.

Tabela 24 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

	R\$ milhares	
Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	30/06/2024	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	581.265	72,62
Polícia Rodoviária Federal	581.265	72,62
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	183.864	22,97
Secretaria Nacional do Consumidor	183.864	22,97
Multas Previstas em Legislação Específica	24.599	3,07
Polícia Federal	21.808	2,72
Polícia Rodoviária Federal	2.225	0,28
Secretaria Nacional de Segurança Pública	314	0,04
Secretaria Nacional Antidrogas	252	0,03
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	9.932	1,24
Secretaria Nacional de Políticas Penais	9.932	1,24
Multas e Juros Previstos em Contratos	429	0,05
Polícia Rodoviária Federal	429	0,05
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	370	0,05
Polícia Federal	296	0,04
Secretaria Nacional Antidrogas	74	0,01
Total	800.459	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -12.136.144 mil, no segundo trimestre de 2024, foi impactado em R\$ -5.857.112 mil (48,26%) pela PF e em R\$ -8.856.055 mil (48,25%) pela PRF, conforme demonstrado na "Tabela 25" abaixo. Ambos os órgãos somaram R\$ -11.713.167 mil (96,51%) do déficit apresentado pelo MJSP.

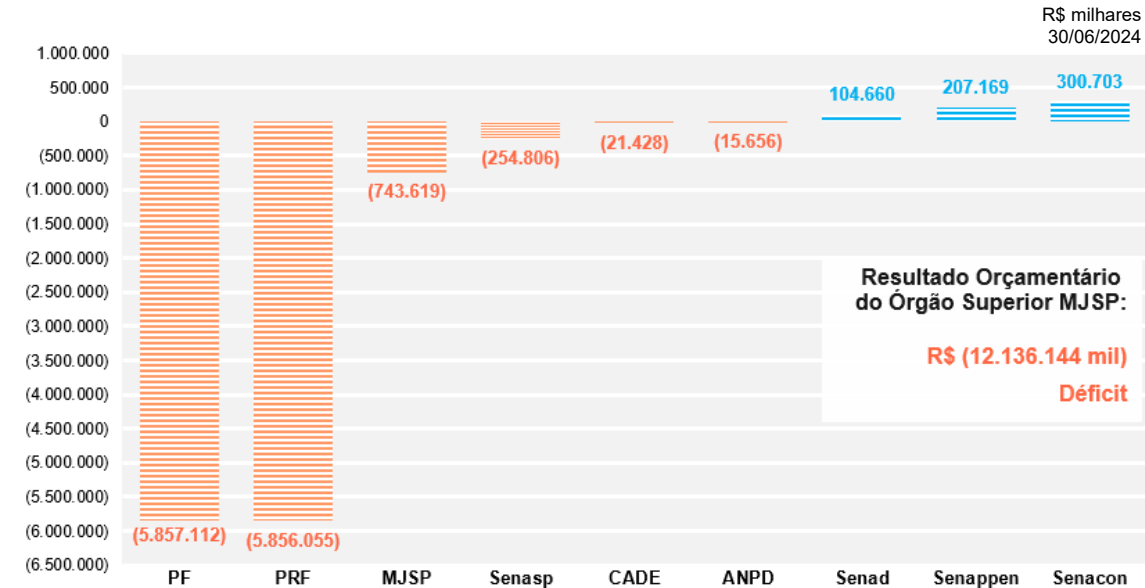
Tabela 25– Resultado Orçamentário

R\$ milhares
30/06/2024

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	572.779	6.429.891	(5.857.112)	48,26
Polícia Rodoviária Federal	614.386	6.470.441	(5.856.055)	48,25
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.079	745.698	(743.619)	6,13
Secretaria Nacional de Segurança Pública.	1.386.922	1.641.728	(254.806)	2,10
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	27.407	48.834	(21.428)	0,18
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	0	15.656	(15.656)	0,13
Secretaria Nacional Antidrogas	113.006	8.346	104.660	(0,86)
Secretaria Nacional de Políticas Penais	352.014	144.845	207.169	(1,71)
Secretaria Nacional do Consumidor	311.526	10.823	300.703	(2,48)
Total	3.380.119	15.516.263	(12.136.144)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 21 – Resultado Orçamentário – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO

As despesas orçamentárias são representadas pelas aquisições de materiais de consumo, pagamentos de diárias, contribuições, subvenções, auxílios-alimentação, auxílios-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de despesa. Dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No segundo trimestre de 2024, registrou-se o empenho de R\$ 3.685.928 mil em "Outras Despesas Correntes", ou seja, 23,76% do total das despesas orçamentárias, demonstrado no balanço orçamentário.

A execução das despesas classificadas como “Outras Despesas Correntes” foi evidenciada na “Tabela 26”, com a apresentação dos montantes das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por órgão vinculado ao MJSP.

Do total das despesas pagas como “Outras Despesas Correntes”, cabe ressaltar que R\$ 1.125.935 mil (88,97%) foram assim registrados nos órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 641.522 mil (50,69%) na PF;
- b) R\$ 302.772 mil (23,93%) na PRF; e
- c) R\$ 181.640 mil (14,35%) na Senasp.

Os demais órgãos registraram R\$ 139.523 mil (11,03%) de “Outras Despesas Correntes” pagas.

Tabela 26 – Outras Despesas Correntes – por órgão

R\$ milhares
30/06/2024

Órgão	Despesas Empenhadas	AV%	Despesas Liquidadas	AV%	Execução (%) Desp. Paga/ Desp. Empenhada
Polícia Federal	1.481.137	40,18	641.522	50,69	43,31
Polícia Rodoviária Federal	960.330	26,05	302.772	23,93	31,53
Secretaria Nacional de Segurança Pública	893.686	24,25	181.640	14,35	20,32
Ministério da Justiça e Segurança Pública	159.356	4,32	58.303	4,61	36,59
Secretaria Nacional de Políticas Penais	130.820	3,55	58.103	4,59	44,41
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	34.188	0,93	13.469	1,06	39,40
Secretaria Nacional do Consumidor	7.021	0,19	7.021	0,55	100,00
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	11.085	0,30	2.537	0,20	22,89
Secretaria Nacional Antidrogas	8.304	0,23	89	0,01	1,07
Total Geral	3.685.928	100,00	1.265.457	100,00	34,33

Fonte: Siafi.

Nota 16 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados – Anexo 1 – BO

Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas, nas seguintes condições: o serviço ou material contratado, que tenha sido prestado ou entregue, e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (despesa em liquidação); ou, com prazo vigente para cumprimento da obrigação assumida pelo credor (despesa a liquidar).

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP)”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Ao final do segundo trimestre de 2024, os “Restos a Pagar Não Processados – Inscritos em Exercícios Anteriores”, totalizaram R\$ 1.406.787 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 437.295 mil (31,08%) na Senasp;
- b) R\$ 408.324 mil (29,03%) no MJSP;
- c) R\$ 363.180 mil (25,82%) na Senappen;
- d) R\$ 102.150 mil (7,26%) na PRF; e
- e) R\$ 95.837 mil (6,81%) nos demais órgãos.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram R\$ 2.195.038 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 552.908 mil (25,19%) no Senasp;
- b) R\$ 477.278 mil (21,74%) na PF;
- c) R\$ 407.686 mil (18,57%) no MJSP;
- d) R\$ 356.687 mil (16,25%) na PRF;
- e) R\$ 346.218 mil (15,77%) no Senappen; e
- f) R\$ 54.261 mil (2,47%) nos demais órgão.

Foram detalhados ademais, no quadro do “Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados” do balanço orçamentário, em junho de 2024, no órgão superior do MJSP, os seguintes saldos de restos a pagar não processados:

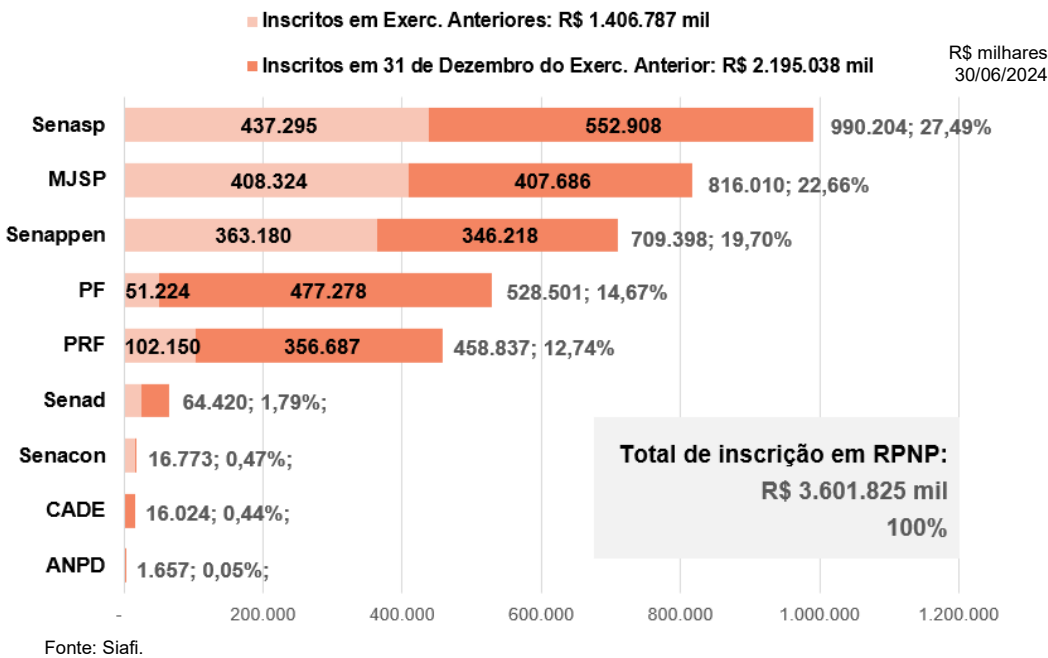
Liquidados: R\$ 1.254.886 mil. representando o montante de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição.

Pagos: R\$ 1.091.652 mil, representando os valores de restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados: R\$ 95.653 mil, correspondente ao cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 2.414.520 mil, referente ao saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Figura 22 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por órgão



No final do segundo trimestre de 2024, conforme apresentado na “Figura 22”, o montante dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, de R\$ 3.601.825 (100%)), foram assim registrados por órgão:

- a) R\$ 990.204 mil (27,49%) na Senasp;
- b) R\$ 816.010 mil (22,66%) no MJSP;

- c) R\$ 709.398 mil (19,70%) na Senappen;
- d) R\$ 528.501 mil (14,67%) na PF;
- e) R\$ 458.837 mil (12,74%) na PRF; e
- f) R\$ 98.875 mil (2,75%) nos demais órgãos.

Tabela 27 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábil

R\$ milhares

Despesa Orçamentárias	30/06/2024	AV%
DESPESAS DE CAPITAL	2.624.862	72,88
Investimentos	2.624.862	72,88
Contribuições	1.034.446	28,72
Equipamentos e Material Permanente	841.915	23,37
Auxílios	449.001	12,47
Obras e Instalações	272.016	7,55
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	27.485	0,76
DESPESAS CORRENTES	976.963,04	27,12
Pessoal e Encargos Sociais	39.399	1,09
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.990	0,33
Obrigações Patronais	11.586	0,32
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	11.565	0,32
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	4.258	0,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	937.564	26,03
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orç.	209.698	5,82
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	206.840	5,74
Material de Consumo	199.371	5,54
Contribuições	144.947	4,02
Outros auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	59.000	1,64
Locação de Mão-de-obra	54.719	1,52
Indenizações e Restituições	25.640	0,71
Passagens e Despesas com Locomoção	23.132	0,64
Demais Itens de Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes	14.218	0,39
Total RPNP Inscritos	3.601.825	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 27”, que R\$ 2.624.862 mil (72,88%) dos Restos a Pagar não Processados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a investimentos (despesas de capital), assim registrados:

- a) Contribuições: R\$ 1.034.446 mil (28,72%);
- b) Equipamentos e Material Permanente: R\$ 841.915 mil (23,37%);
- c) Auxílios: R\$ 449.001 mil (12,47%);
- d) Obras e Instalações: R\$ 272.016 mil (7,55%); e
- e) Demais itens de despesa de capital – Investimentos: R\$ 27.485 mil (0,76%).

Nota 17 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Anexo 2 – BO

Serão inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

No caso das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar processados e não processados liquidados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o pagamento. Neste caso, em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens ou serviços satisfaz a obrigação de fazer e a Administração conferiu essa obrigação. Portanto, não poderá deixar de exercer a obrigação de pagar, salvo motivo previsto na legislação pertinente.

Isto posto, compõe o balanço orçamentário, o quadro “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, cujos valores encontram-se assim detalhados:

Inscritos em Exercícios Anteriores

Ao final do segundo trimestre de 2024, os “Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, inscritos em Exercícios Anteriores, totalizaram R\$ 27.610 mil (100%), assim distribuídos entre os órgãos vinculados ao MJSP:

- a) R\$ 18.943 mil (68,61%) na Senappen;
- b) R\$ 3.673 mil (13,30%) no MJSP;
- c) R\$ 2.312 mil (8,38%) na Senasp;
- d) R\$ 1.390 mil (5,04%) na PRF;
- e) R\$ 1.105 mil (4,00%) na Senacon; e
- f) R\$ 187 mil (0,68%) na PF.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Os “Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior” somaram 992.220 mil (100%), cujo montante foi assim composto pelos órgãos vinculados do MJSP:

- a) R\$ 513.854 mil (51,79%) na PF;
- b) R\$ 364.457 mil (36,73%) na PRF;
- c) R\$ 61.093 mil (6,16%) no MJSP;
- d) R\$ 46.931 mil (4,73%) no Senappen; e
- e) R\$ 5.884 mil (0,59%) nos demais órgãos.

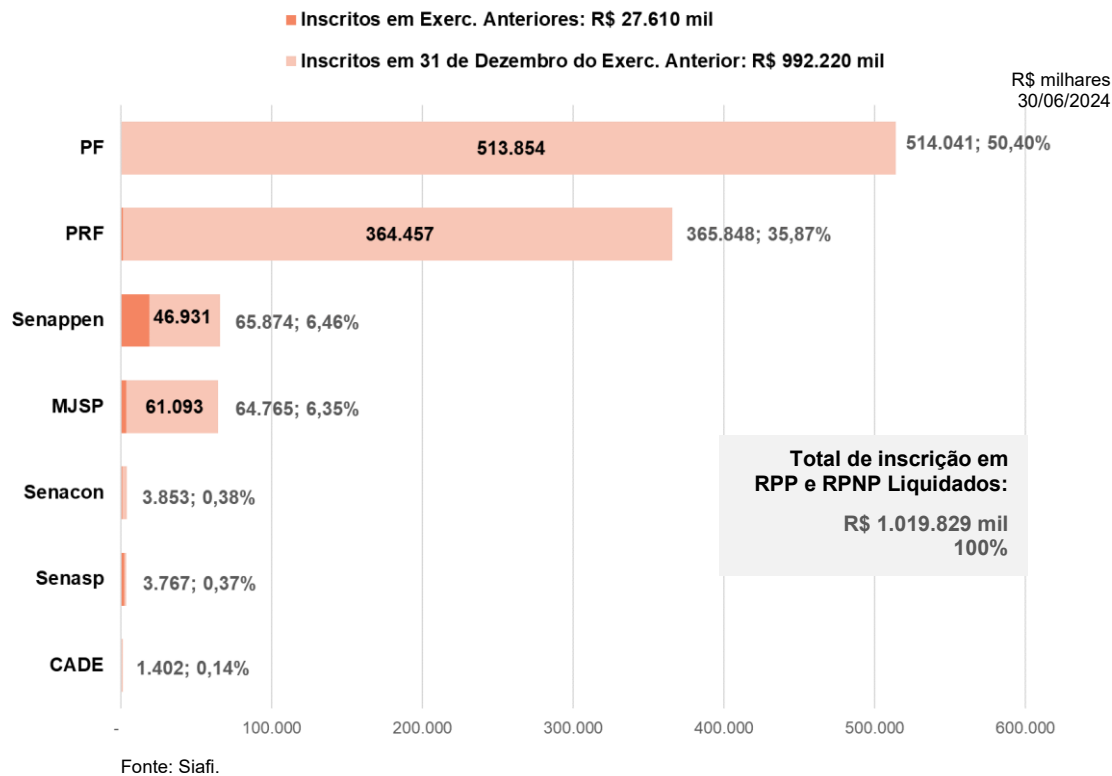
Foram detalhados ademais, no quadro do “Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados” do balanço orçamentário, em junho de 2024, no órgão superior do MJSP, os seguintes saldos de restos a pagar processados e não processados liquidados:

Pagos: R\$ 953.910 mil, correspondente ao valor dos restos a pagar processados e não processados liquidados pagos.

Cancelados: R\$ 4.120 mil, referente ao cancelamento de restos a pagar processados e não processados liquidados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar: R\$ 61.799 mil, compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

Figura 23 – Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



No final do segundo trimestre de 2024, conforme apresentado na “Figura 23”, o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior), de R\$ 1.019.829 mil (100%), foram assim registrados por órgão:

- a) R\$ 514.041 mil (50,40%) na PF;
- b) R\$ 365.848 mil (35,87%) na PRF;
- c) R\$ 65.874 mil (6,46%) no Senappen;
- d) R\$ 64.765 mil (6,35%) no MJSP;
- e) R\$ 9.301 mil (0,91%) nos demais órgãos.

Tabela 28 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados – por conta contábil

R\$ milhares

Despesa Orçamentárias	30/06/2024	AV%
DESPESAS CORRENTES	926.722	90,87
Pessoal e Encargos Sociais	842.708	82,63
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	543.533	53,30
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	213.318	20,92
Pensões	77.851	7,63
Demais Itens de Despesa Corrente - Pessoal e Encargos	8.007	0,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.015	8,24
Indenizações e Restituições	27.167	2,66
Auxílio-Alimentação	19.838	1,95
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orç.	17.269	1,69
Outros Serviços de Terceiros - Física	5.015	0,49
Locação de Mão-de-obra	2.488	0,24
Passagens e Despesas com Locomoção	2.160	0,21
Outros Benef.Assist. do Servidor e do Militar	2.118	0,21
Material de Consumo	1.360	0,13
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1.327	0,13
Contribuições	1.257	0,12
Auxílio-Transporte	1.157	0,11
Demais Itens de Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes	2.859	0,28

DESPESAS DE CAPITAL	93.107	9,13
Investimentos	93.107	9,13
Auxílios	64.503	6,32
Contribuições	19.706	1,93
Equipamentos de Material Permanente	5.592	0,55
Demais Itens de Despesa de Capital - Investimentos	3.307	0,32
Total Geral	1.019.829	100,00

Fonte: Siafi.

Destaca-se, na “Tabela 28”, que R\$ 842.708 mil (82,63%) dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados (inscritos em exercícios anteriores e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior) referem-se a despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” (despesas correntes), assim registradas:

- a) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 543.533 mil (53,30%);
- b) Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas: R\$ 213.318 mil (20,92%);
- c) Pensões: R\$ 77.851 mil (7,63%); e
- d) Demais itens de Despesa Corrente – Pessoal e Encargos: \$ 8.007 mil (0,79%).

Nota 18 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União do MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 29”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 30”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 29 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

INGRESSOS						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2024 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2024 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2024 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	28.267.342	100,00	9.963.360	100,00	18.303.982	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	25.228.500	89,25	8.953.044	89,86	16.275.456	88,92
Cota Recebida	8.953.044	31,67	8.953.044	89,86	0	0,00
Repasse Recebido	8.552.182	30,25	0	0,00	8.552.182	46,72
Sub-repasse Recebido	7.581.799	26,82	0	0,00	7.581.799	41,42
Repasse Devolvido	141.469	0,50	0	0,00	141.469	0,77
Sub-repasse Devolvido	6	0,00	0	0,00	6	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	3.038.842	10,75	1.010.316	10,14	2.028.526	11,08
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.790.249	9,87	989.447	9,93	1.800.802	9,84
Demais Transferências Recebidas	60.197	0,21	20.869	0,21	39.328	0,21
Movimentação de Saldos Patrimoniais	188.396	0,67	0	0,00	188.396	1,03

Fonte: Siafi.

Tabela 30 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

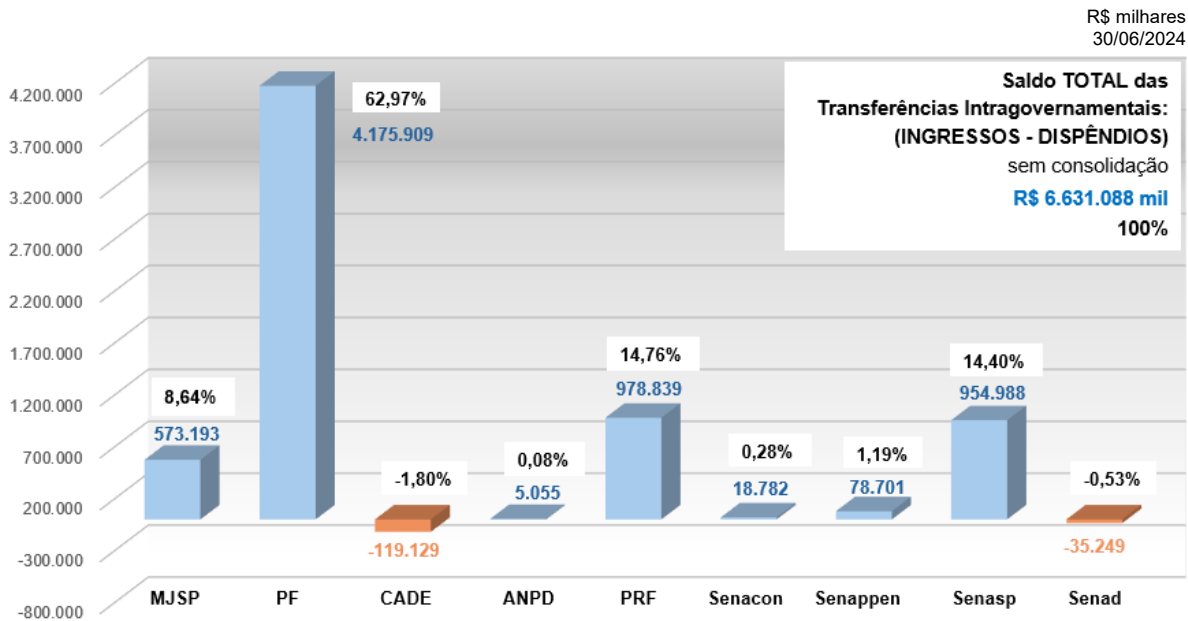
DISPÊNDIOS						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2024 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2024 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2024 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	21.636.254	100,00	3.332.272	100,00	18.303.982	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	16.400.761	75,80	125.304	3,76	16.275.456	88,92
Repasse Concedido	8.563.186	39,58	11.005	0,33	8.552.182	46,72
Sub-repasse Concedido	7.581.799	35,04	0	0,00	7.581.799	41,42
Cota Devolvida	114.300	0,53	114.300	3,43	0	0,00

Repasse Devolvido	141.469	0,65	0	0,00	141.469	0,77
Sub-repasse Devolvido	6	0,00	0	0,00	6	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	5.235.493	24,20	3.206.967	96,24	2.028.526	11,08
Transf. Concedidas para Pgto. de RP	1.800.802	8,32	0	0,00	1.800.802	9,84
Demais Transferências Concedidas	39.328	0,18	0	0,00	39.328	0,21
Movimento de Saldos Patrimoniais	3.395.363	15,69	3.206.967	96,24	188.396	1,03

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 24” a seguir.

Figura 24 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



Fonte: Siafi.

Nota 19 – Segurança Pública – DFC

Na estrutura das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), os fluxos de caixa operacionais, consolidados do setor público, em sentido amplo, proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo financia em suas atividades correntes, por meio da tributação e outras cobranças recorrentes.

Os dispêndios relacionados à Segurança Pública, que compõe a rubrica Pessoal e Demais Despesas, representaram R\$ -4.932.079 mil (15,78%), no segundo trimestre de 2024, do total dos desembolsos apresentados nas DFC.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, R\$ -2.711.947 mil (54,99%) e R\$ -1.670.904 mil (33,88%), somando R\$ -4.382.851 mil (88,86%) do total dos desembolsos com Segurança Pública, conforme apresentado na “Figura 25”. Os demais órgãos totalizaram R\$ -549.228 mil (11,14%).

Figura 25 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

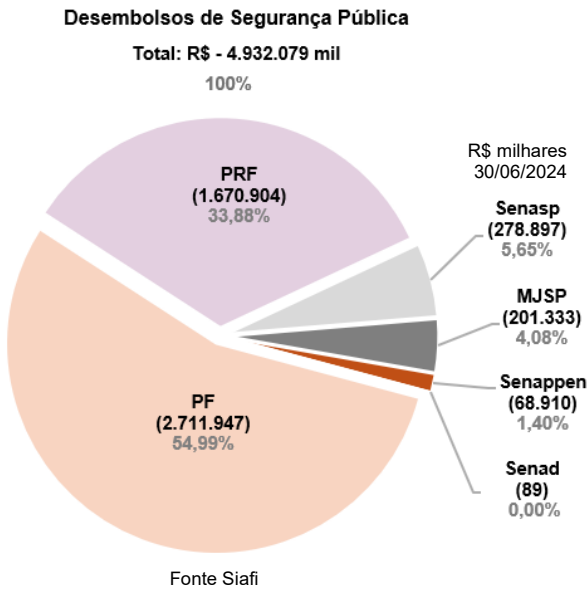


Tabela 31 – Desembolsos – Segurança Pública por Órgão

R\$ milhares				
Órgão	30/06/2024	30/06/2023	AV%	AH%
Polícia Federal	(2.711.947)	(2.524.944)	54,99	7,41
Polícia Rodoviária Federal	(1.670.904)	(1.567.088)	33,88	6,62
Secretaria Nacional de Segurança Pública	(278.897)	(226.386)	5,65	23,20
Ministério Da Justiça e Segurança Pública	(201.333)	(194.610)	4,08	3,45
Secretaria Nacional de Políticas Penais	(68.910)	(52.285)	1,40	31,80
Secretaria Nacional Antidrogas	(89)	0	0,00	-
Total Geral	(4.932.079)	(4.565.313)	100,00	8,03

Fonte Siafi

Na “Tabela 32”, a seguir, foram detalhados os desembolsos de segurança pública por item:

Tabela 32 – Desembolsos – Segurança Pública por item

R\$ milhares				
Desembolsos - Segurança Pública	30/06/2024	30/06/2023	AV%	AH%
Subsídios	(2.687.762)	(2.565.393)	54,50	4,77
Diárias no país	(287.558)	(248.819)	5,83	15,57
13º SALÁRIO	(161.324)	(144.242)	3,27	11,84
Auxílio-alimentação civis	(138.480)	(95.470)	2,81	45,05
Ferías - 1/3 constitucional	(137.727)	(123.153)	2,79	11,83
Serviços gráficos e editoriais	(133.044)	(162.801)	2,70	(18,28)
Vencimentos e salários	(109.119)	(100.595)	2,21	8,47
Gratificação por exercício de cargo efetivo	(87.628)	(81.914)	1,78	6,98
Locação de softwares	(78.443)	(11.139)	1,59	604,19
Apoio administrativo, técnico e operacional	(60.745)	(41.824)	1,23	45,24
Bolsa-formação pronasci	(45.061)	0	0,91	-
Abono de permanência	(42.514)	(34.142)	0,86	24,52
Ressarcimento assistência Médica/Odontológica	(42.302)	(44.238)	0,86	(4,38)
Combustíveis e lubrificantes automotivos	(41.552)	(45.330)	0,84	(8,33)
Serv.Medico-Hospital.,Odontol. e laboratoriais	(40.027)	(8.542)	0,81	368,60
Serviços técnicos profissionais	(37.597)	(30.140)	0,76	24,74
Gratificação p/exercício de cargo em comissão	(37.184)	(32.284)	0,75	15,18

Limpeza e conservação	(37.128)	(35.752)	0,75	3,85
Serviços De energia elétrica	(31.559)	(28.907)	0,64	9,17
Passagens Para O País	(31.434)	(25.907)	0,64	21,33
Locação De imóveis	(30.046)	(35.353)	0,61	(15,01)
Vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	(29.129)	(24.136)	0,59	20,69
Diárias a colaboradores eventuais no país	(26.291)	(17.206)	0,53	52,80
Vigilância ostensiva	(25.456)	(22.226)	0,52	14,53
Contribuição patronal - funpresp lei 12618/12	(25.251)	(21.267)	0,51	18,73
Serv. De Apoio Admin., técnico e operacional	(24.825)	(40.194)	0,50	(38,24)
Material P/ manutenção de veículos	(23.071)	(21.278)	0,47	8,43
Pessoal Requisitado De Outros órgãos Da Apf	(22.587)	(22.834)	0,46	(1,08)
Material Para comunicações	(20.132)	(176)	0,41	11.327
Demais Desembolsos de segurança pública (325 Itens)	(437.106)	(500.054)	8,86	(12,59)
Total de Segurança Pública	(4.932.079)	(4.565.313)	100,00	8,03

Fonte Siafi

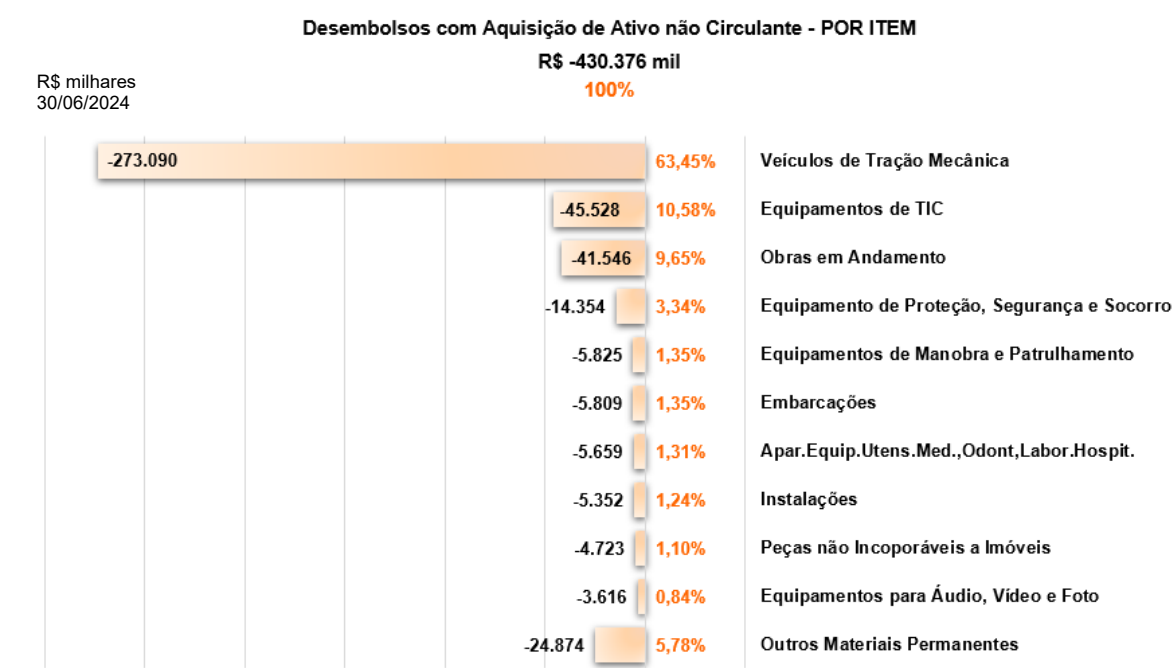
Nota 20 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

Os registros contabilizados em “Aquisições de Ativo não Circulante”, consolidados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, integraram no segundo trimestre de 2024, R\$ -430.376 mil (97,78%) do total dos desembolsos dos “Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento”. Representam as aquisições de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pelo órgão.

Na “Figura 26”, pode-se observar a composição por item das “Aquisições de Ativo Não Circulante”, R\$ -430.376 mil (100%), assim registradas:

- R\$ -273.090 mil (63,45%) de Veículos de Tração Mecânica, sendo R\$ -154.712 mil (56,65%) registrados na Senasp e R\$ -57.646 mil (21,11%) registrados na PRF, totalizando R\$ -212.358 mil (77,76%) do montante do referido item;
- R\$ -45.528 mil (10,58%) de Material e Equipamentos de TIC, sendo R\$ -22.601 mil (49,64%) registrados na PF, R\$ -7.919 mil (17,39%) registrados no MJSP, e R\$ -5.623 mil (12,35%) na Senappen, totalizando R\$ -36.143 mil (79,39%) de representação do montante do referido item;
- R\$ -41.546 mil (9,65%) de Obras em Andamento, sendo R\$ -26.593 mil (64,01%) registrados na PRF e R\$ -14.901 mil (35,87%) na PF, totalizando R\$ -41.494 mil (99,87%) do montante do referido item;
- R\$ -14.354 mil (3,34%) de Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro, sendo R\$ -13.294 mil (92,61%) do montante do referido item, registrados na Senappen;
- R\$ -5.825 mil (1,35%) de Equipamentos de Manobra e Patrulhamento, sendo R\$ -5.765 mil (98,96%) do montante do referido item, registrados na PRF;
- R\$ -5.809 mil (1,35%) de Embarcações, sendo (100%) do montante do referido item, registrados na PF;
- R\$ -5.659 mil (1,31%) de Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laborat. e Hospitalares, sendo R\$ -5.637 mil (99,61%) do montante do referido item, registrados na PF;
- R\$ -5.352 mil (1,24%) de Instalações, sendo R\$ -4.635 mil (86,60%) do montante do referido item, registrados na PF;
- R\$ -4.723 mil (1,10%) de Peças não Incorporáveis a Imóveis, sendo R\$ -4.631 mil (98,07%) do montante do referido item, registrados na PF;
- R\$ -3.616 mil (0,84%) de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, sendo R\$ -2.054 mil (56,80%) registrados na Senasp e R\$ -950 mil (26,28%) registrados na PF, totalizando R\$ -3.004 mil (83,08%) do montante do referido item,
- R\$ -24.874 mil (5,78%) de Outros Materiais Permanentes.

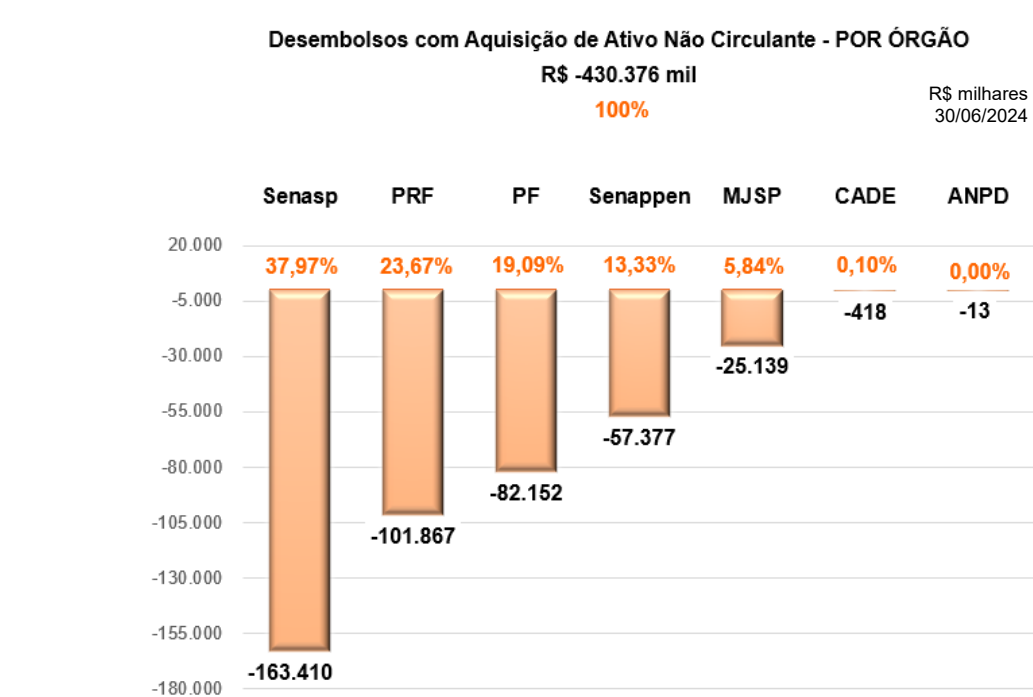
Figura 26 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi

Na “Figura 27”, evidencia-se o impacto de cada órgão em “Aquisição de Ativo Não Circulante”; sendo R\$ -163.410 mil (37,97%) na Senasp; R\$ -101.867 mil (23,67%) na PRF; R\$ -82.152 mil (19,09%) na PF e R\$ -82.947 mil (19,27%) nos demais órgãos. Em síntese, a Senasp, a PF e a PRF totalizaram R\$ -347.429 mil (80,73%) da representação no referido grupo de contas.

Figura 27 – Desembolsos com Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 21 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o saldo final apresentado, em junho de 2024, de R\$ 23.711.930 mil (100%), foi decorrente das seguintes contabilizações:

- a) R\$ 1.383.186 mil (5,83%) em Resultado do Exercício;
- b) R\$ 97.617 mil (0,41%) em Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos;
- c) R\$ -19.147 mil (-0,08%) em Ajustes de Exercício Anteriores; e
- d) R\$ 22.250.274 mil (93,84%) em Saldo Inicial do Exercício 2024.

Resultado do Exercício

O "Resultado do Exercício", de R\$ 1.383.186 mil, representou (5,83%) do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

- a) "Transferências e Delegações Recebidas", correspondente a R\$ 28.617.934 mil (88,20%) das Variações Patrimoniais Aumentativas; e
- b) "Transferências e Delegações Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a R\$ 22.213.401 mil (71,51%) e R\$ 4.348.139 mil (14,00%), somando R\$ 26.561.540 mil (85,50%) das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 18 - "Transferências Intragovernamentais" e nº 11 - "Pessoal e Encargos".

Constituição/Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ 97.617 mil (0,41%) da DMPL, foram assim constituídas:

- a) R\$ 63.466 mil (65,02%) na Polícia Federal, sendo R\$ 45.494 mil (71,68%) para Edifícios, e o restante R\$ 17.972 mil (28,32%) para as demais contas;
- b) R\$ 37.792 mil (38,71%) na Polícia Rodoviária Federal, sendo R\$ 25.230 mil (66,76%) para Postos de Fiscalização, e R\$ 12.561 mil (33,24%) para as demais contas; e
- c) R\$ -3.640 mil (-3,73%) na Secretaria Nacional Antidrogas, sendo R\$ -3.800 mil (104,39%) para Fazendas, Parques e Reservas e R\$ 160 mil (-4,39%) para as demais contas.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Os "Ajustes de Exercícios Anteriores", totalizaram R\$ -19.147 mil (-0,08%), assim registrados:

- a) R\$ -22.720 mil (118,66%) na Polícia Federal;
- b) R\$ 3.301 mil (-17,24%) na Polícia Rodoviária Federal; e
- c) R\$ 272 mil (-1,42%) no restante dos Órgãos Subordinados ao MJSP.

Saldo Inicial do Exercício 2024

Por fim, cabe informar que o saldo restante, de R\$ 22.250.274 mil, não foi objeto desta análise, uma vez que foi proveniente de exercícios anteriores.